

# Frei Betto

## O que é **COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE**

Um desafio lançado à Igreja pela esperança de libertação dos povos latino-americanos. Através de suas comunidades de base, de seus agentes pastorais, descobrir a maneira mais evangélica de tornar essa esperança uma prática eficaz de transformação da história e busca do mundo de justiça e amor.

## ÍNDICE

— Introdução .....	4
— Prefácio .....	5
— Desafio do processo histórico latino-americano à Igreja .....	5
— O que são as comunidades eclesiais de base .....	7
— Características .....	7
— Os agentes pastorais .....	7
— Os membros das CEBs .....	8
— Voz dos que não têm voz .....	8
— CEBs e movimentos populares .....	9
— As CEBs na zona rural .....	10
— Método e pedagogia das comunidades eclesiais de base .....	11
— O método .....	11
— Os círculos bíblicos .....	12
— A formação da liderança pastoral .....	12
— A pedagogia de trabalho .....	13
— Populismo e vanguardismo .....	15
— A palavra dos oprimidos .....	17
— Do discurso genérico à ação concreta .....	17
— História e transformação da realidade .....	17
— A mudança de lugar social .....	18
— O material escrito das comunidades .....	19
— A reunião da comunidade .....	20
— Os encontros ou treinamentos .....	20
— A liturgia nas comunidades .....	22
— A ruptura da prática .....	24
— Desafios da prática das comunidades eclesiais de base .....	25
— Defasagem entre agente pastoral e comunidade .....	25
— O discurso religioso e o discurso político .....	25
— O papel ideológico da linguagem religiosa .....	26
— O universo mental do agente e o universo mental do povo .....	27
— A esfera da necessidade e a esfera da liberdade .....	28
— Os novos desafios para as comunidades .....	29
— A questão política .....	30
— As comunidades eclesiais de base e a prática política .....	32
— Prática pastoral e prática política .....	32
— Exigência de redefinição da prática pastoral .....	32
— A Igreja como espaço hegemônico .....	32
— A emergência da prática política desvinculada da prática pastoral .....	33
— A tendência do específico cristão .....	35
— A tendência da articulação dialética .....	35
— Viver o conteúdo da fé .....	36
— Relação entre prática pastoral e prática partidária .....	36
— Prática popular e grupos políticos .....	37
— Exigências à prática pastoral .....	38
— Preservar as aquisições da prática pastoral .....	39
— Democracia: mais do que uma questão de princípios, uma questão de prática .....	40
— Biografia .....	42

*Em memória dos companheiros e mártires*

*Indígenas*

*Ângelo Kretã*

*Ângelo Xavier*

*Camponeses*

*Raimundo Ferreira de Lima*

*Anísio Ferreira da Silva*

*Operário*

*Santo Dias da Silva*

*Que, fortalecidos na fé por sua participação nas comunidades eclesiais de base, derramaram seu sangue para fecundar as esperanças libertadoras de nosso povo.*

*Para*

*Carlos Mesters,*

*Irmão,*

*Que devolve aos pobres as chaves de leitura da Bíblia.*

# INTRODUÇÃO

Este livro explica o que são as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica no Brasil.

Esta explicação não pretende ser como uma moldura capaz de conter o retrato de todas as comunidades do país. Antes, é o meu jeito de ver e de entender o dinamismo vivo do Espírito de Deus na prática libertadora de nosso povo crente e oprimido. Conto aqui o que pude aprender das comunidades, com as quais trabalho há sete anos.

Muito do que consegui enxergar e captar foi graças à minha integração, desde 1974, na arquidiocese de Vitória, ES, e, nos últimos dois anos, no Centro de Educação Popular do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.

É bom lembrar o que diz Santo Tomás de Aquino: "a realidade extrapola o conceito". A vida e o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base são bem mais ricos e complexos do que nossa possibilidade de falar sobre eles.

A dedicação de Maria Aparecida Antunes Horta, companheira em muitas esperanças, que organizou esta obra, meus agradecimentos.

*O Autor*

# PREFÁCIO

## Desafio do processo histórico latino-americano à Igreja

A Igreja na América Latina está ante um sério desafio: sua pastoral é apenas um remendo progressista, mas historicamente inseqüente que a liga aos sofrimentos do povo ou de fato visa a "anunciar a boa nova aos pobres; aos cativos, a libertação; aos cegos, a restauração da vista; dar liberdade aos oprimidos e proclamar o tempo de justiça do Senhor"? (Lc 4, 18-19).

A resposta que, na prática, a Igreja der a esta questão determinará seu futuro na América Latina. Muitas foram as regiões do mundo, principalmente no Oriente, em que a Igreja experimentou dias de felicidade e expansão. Sobrevindo, contudo, a invasão de outros povos alheios à cultura e à fé cristãs, como os árabes no Egito dos monges, nada ou quase nada restou da presença da Igreja. Da mesma forma, onde o socialismo tem triunfado, desalienando o povo, a Igreja tem sido excluída ou relegada aos limites de "religião privada", não em virtude do caráter do marxismo, mas antes pelo fato de a Igreja achar-se, no regime capitalista, atrelada aos interesses da burguesia.

Para que a Igreja participe efetivamente do processo de libertação do povo latino-americano, conforme sua missão específica e revelando em sua presença a comunhão de Deus com Seu povo, é necessário que ela esteja comprometida com as classes populares, o que implica em ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes. "Ninguém pode servir a dois senhores". (Mt, 6, 24). A Igreja não pode servir ao mesmo tempo ao Deus que faz justiça aos oprimidos e aos senhores do capital, que mantêm a opressão. Pretender reconciliar estes pólos antagônicos é ignorar a natureza e o caráter do conflito que travam.

Por outro lado, a opção radical pelos marginalizados e explorados, que caracterizou o engajamento de Jesus de Nazaré, não supõe ódio aos ricos e poderosos. É dever da Igreja amá-los, e amá-los com todas as forças, isto é, buscar o bem deles de tal maneira que se consiga libertá-los da opressão em que se encontram, sem disto terem consciência. Amar os que mantêm a dominação sem libertá-los desse egoísmo e dessa ofensa ao povo de Deus é um falso amor, que nem faz justiça ao dominado nem cura a cegueira do dominador.

Antes de iniciar sua atividade pública, Jesus já vivera entre o povo cerca de trinta anos. A Igreja, serva dos homens, também é chamada a inserir-se nas classes populares latino-americanas, aprendendo do povo humilde e sofrido a ler os sinais dos tempos e descobrir neles os desígnios do Senhor. O próprio desafio da realidade impõe à Igreja sua coerência evangélica. O anúncio do Evangelho aos pobres só produz frutos através de atitudes libertadoras. Canonizar a miséria é trair a esperança do povo. Evitando a "prudência" de uns e o "vanguardismo" de outros, os cristãos devem testemunhar e ensinar que a fé é uma questão de relação pessoal com Deus, que supõe uma relação de amor com o povo, capaz de livrá-lo de todas as suas carências e alienações (I Jo 3, 17).

Na leitura inevitavelmente ideológica do Evangelho, mas iluminada pelo espírito da fé, vê-se que a maneira pela qual Jesus de Nazaré assumiu a sua posição de homem no mundo (sistema de atitudes) e anunciou o Reino de justiça e amor (sistema de idéias) constitui uma crítica implacável ao modo de produção capitalista e à ideologia que o pervade. O que não significa que, na cabeça de Jesus, tivesse passado a idéia de, previamente, condenar o capitalismo. Jesus condenou tudo aquilo que oprime e aliena a pessoa humana. Veio propor a destruição de todas as barreiras que dividem os povos e separam os homens em classes sociais antagônicas. Mas respeitou a liberdade de cada homem, ao longo da história, situado em sua realidade específica, descobrir os meios pelos quais realizar este projeto de libertação. Jesus exerceu assim uma crítica a todos os regimes, sistemas e modos de produção que criam obstáculos ao homem, chamado à plenitude da liberdade e do amor, na comunhão com os outros homens e com Deus.

A salvação não é alguma coisa que se restrinja ao outro mundo ou a outra vida. Ela começa a se efetuar aqui, onde o Reino de Deus já se fez presente em Jesus e permanece entre os povos. No tecido da história, a salvação de Deus se traduz em libertação dos homens. Não basta uma libertação pessoal e interior do homem que não transforme as estruturas eivadas de pecado em que ele vive e pelas quais se sente condicionado. Por isso esta libertação tem necessariamente um alcance político, dentro de um contexto econômico e social.

O desafio está lançado pela esperança de libertação dos povos latino-americanos à Igreja: através de suas comunidades de base, de seus agentes pastorais, descobrir o modo mais evangélico de tornar esta esperança práxis eficaz de transformação da história e busca do mundo de justiça e amor. Nessa tarefa, a

questão a preocupar os cristãos não é a de saberem se estão fazendo política ou evangelização. Só uma pergunta tem sentido e merece resposta, a que Jesus fez ao doutor da lei: *"Quem está mais próximo do povo que foi saqueado e marginalizado"*? (Lc. 10, 36).

# O QUE SÃO AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

## Características

As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto.

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas.

Uma diocese brasileira, por exemplo, tem 6.800 comunidades cadastradas. Há um bairro na periferia de São Paulo com 129 CEB's. É claro que esses números são relativos. O que importa é que elas representam uma nova forma de organização pastoral. Durante muito tempo, a única forma de organização pastoral era a paróquia. Ninguém pisa um pedaço de solo brasileiro sem pisar na área de uma paróquia. Dividido o território em paróquias, o vigário ficava aguardando os fiéis para o atendimento sacramental. Entretanto, a sociedade moderna já não comporta a paróquia como mero eixo geográfico. É preciso que haja verdadeiras comunidades paroquiais, ou seja, que os fiéis realmente se conheçam, o que só é possível através da organização paroquial em pequenas comunidades de base.

## Os agentes pastorais

Os animadores das CEB's são chamados de agentes pastorais: padres, religiosas ou leigos, formados pelas próprias comunidades. Os agentes pastorais leigos constituem uma nova vocação ou um novo carisma da vida da Igreja. Muitos deixaram família e profissão para viver exclusivamente do trabalho pastoral, quando a diocese tem condições de assumi-los. Moram em bairros populares, ganham pouco mais do que o salário mínimo, assumem o trabalho com o povo como o compromisso prioritário de sua vida. Não são eles que coordenam as comunidades, apenas assessoram, cuidando para que o próprio povo seja sujeito de sua história.

Por isso, exige-se que o agente pastoral viva vinculado ao povo, comungando a sua vida para, no espaço eclesial, entender melhor sua palavra. Caso contrário, o agente correrá o risco de cair na atitude colonialista de quem quer ensinar à comunidade popular sem antes aprender com ela e refazer suas categorias e valores elitistas, academicistas, populistas ou vanguardistas.

## Os membros das CEB's

Os membros das CEB's são, em geral, pessoas de remuneração salarial inferior a três ou quatro salários mínimos mensais. Moram em casebres alugados na periferia urbana ou construídos em áreas invadidas (favelas). Na zona rural, habitam pequenos sítios ou à beira de cidades que fornecem mão-de-obra para o trabalho agrícola. São semi-analfabetizadas: assinam o nome, decifram literalmente o código alfabético, mas nem sempre assimilam o seu significado. Sabem ler, sem entender muito do que está escrito.

Nas zonas rurais, principalmente, as comunidades preservam a cultura popular. Numa celebração na Paraíba, o simbolismo da hóstia eucarística foi atualizado pela partilha do cuscuz, sem, porém, substituí-la.

Em Linhares, norte do Espírito Santo, a colheita do cacau foi comemorada pelas comunidades com uma celebração no decorrer da qual se cozinhou e partilhou o produto. Na prelazia de São Félix do Araguaia, os símbolos litúrgicos são instrumentos de trabalho dos pescadores e agricultores: rede, cuia, facão, etc. É sempre maior e mais freqüente o número de cânticos litúrgicos elaborados pelos próprios membros das comunidades. São eles que preparam as novenas e as missas, as festas dos santos e os roteiros de celebrações, sempre ajudados pelo agente pastoral.

Dois fatores correlatos marcam os membros das comunidades rurais e urbanas: a expropriação da terra e a exploração do trabalho. Migrantes e oprimidos, os membros das comunidades, se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão.

## **Voz dos que não têm voz**

Nesses anos de regime militar no Brasil, os membros das comunidades de base têm participado ativamente da oposição popular. Muitos foram presos e torturados; alguns, assassinados pelas forças repressivas do poder político e/ou econômico. Todavia, esse empenho de luta não nasceu espontaneamente nas comunidades nem resultou do alto nível de consciência política de seus membros. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isso fosse feito.

Por outro lado, a renovação da Igreja, iniciada com o Concílio Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medellín, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado. A Igreja passou a ser "a voz dos que não têm voz", empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos. O terror repressivo estendeu-se sobre ela: religiosos foram condenados por tribunais militares; padres foram assassinados pela polícia; um bispo foi seqüestrado e seviciado por grupos direitistas. O povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização.

Nos últimos anos, as CEB's percorreram três etapas interligadas. A primeira etapa é propriamente a comunidade em si, centrada em sua motivação religiosa, buscando no Evangelho as pistas para sua atividade social. A segunda etapa é a dos movimentos populares, surgidos com a participação dos membros das comunidades. Nesses movimentos, entram católicos, protestantes, espíritas, ateus, etc., todos os que se colocam ao lado dos oprimidos. A divisão não é mais entre quem tem e quem não tem fé e entre quem está do lado dos interesses dos pobres e quem está a favor dos privilégios dos opressores.

A partir da reflexão sobre os problemas do bairro, da família e do trabalho, elas ajudaram a criar ou recriar os movimentos populares autônomos (clubes de mães, movimento custo-de-vida, loteamentos clandestinos, grupos de teatro, defesa dos posseiros e seringueiros, luta pela causa indígena, etc.). Da base popular, emergiu esse tecido de pequenas organizações nas quais o povo faz sua experiência de união, mobilização, pequenas vitórias em suas lutas locais e regionais. Em várias regiões do país, elas chegaram a provar sua força eleitoral, elegendo deputados estaduais e federais.

A terceira etapa é o fortalecimento do movimento operário. Muitos membros das comunidades, na cidade e no campo, participam da Oposição Sindical e dos sindicatos autênticos, procuram valorizar o sindicato como verdadeiro órgão de classe, atuam nas greves e lutas de suas categorias. Agora surge uma quarta etapa, a da reformulação partidária: a busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira.

## **CEB's e movimentos populares**

As CEB's não se fecham em si mesmas. As questões levantadas nas reuniões raramente deixam de ser questões sociais, ligadas à sobrevivência das classes populares. O abaixo-assinado à prefeitura, pedindo água para o bairro, não interessa apenas aos cristãos. É uma questão do interesse geral. A luta contra a expulsão de posseiros mobiliza todos os que não se identificam com os interesses dos açambarcadores de terras. Assim, a comunidade eclesial de base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou a fortalecer formas de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja.

A palavra libertação sobressai no vocabulário das CEB's. Ela está presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação. Ela ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da transformação social, da modificação do modo de produção capitalista. Não se trata de uma libertação meramente subjetivista nem de medidas paliativas para as questões sociais. Sob um regime ditatorial, fundado na exclusão política e econômica do povo, não é difícil chegar à raiz dos males sociais - a contradição entre o capital e o trabalho.

Quase sempre as comunidades não sabem verbalizar sua intuição de classe, a diferença entre os ricos e os pobres, como o faz o agente pastoral. Porém, ao partir para a ação, elas não acreditam senão na força da união do povo. As promessas do Governo e a palavra dos políticos profissionais, salvo raras exceções, já não merecem crédito. Mas é na luta pela água no bairro que a dona-de-casa descobre o verdadeiro caráter do regime político em que ela vive e perde suas ilusões a respeito do interesse do Governo pelo povo. É nessa luta que ela adquire confiança na organização e mobilização popular.

As comunidades de base se espalham como uma rede em todo o país, oscilando entre níveis mais baixos e mais altos de consciência de seu papel histórico. Contudo, mesmo as organizações aparentemente menos politizadas, como os clubes de mães, que se reúnem em função do corte e costura, são capazes de uma atuação surpreendente quando eclode uma ação concreta no bairro. O exercício de vivência em comunidade que um clube de mães propicia permite que sua solidariedade se estenda a todos aqueles que, de alguma forma, são vítimas da injustiça. Mesmo não havendo ainda uma consciência de classe, percebe-se nos movimentos populares um forte sentimento de justiça e a consciência, cada vez mais explícita, dos direitos do povo.

## **As CEB's na zona rural**

É na zona rural que as comunidades de base mais proliferam. O homem do campo - pequeno-agricultor, bóia-fria, assalariado rural - encontra na Igreja seu principal referencial ideológico. Ao contrário do operário urbano, sua cultura está impregnada de religiosidade. A palavra do padre ou do bispo é, para ele, a palavra de Deus. No caso brasileiro, os camponeses, desprovidos de apoio oficial, sem condições de obter crédito bancário, vítimas dos intermediários que pagam pouco pelo produto que depois revendem caro, não têm como se defender senão através do sindicato rural e das comunidades de base.

O sindicato quase sempre fica atrelado à política oficial, restrito a atividades assistencialistas. As comunidades rurais articulam-se com a Comissão Pastoral da Terra, órgão da Conferência Nacional dos Bispos. A CPT acompanha os problemas das comunidades rurais, denuncia os conflitos, divulga os casos de opressão, apóia a luta dos posseiros, dos bóias-frias e dos peões escravizados nos latifúndios.

As comunidades rurais não têm uma consciência política explícita enquanto categorias cartesianamente acadêmicas, mas vivem na carne o sofrimento resultante da mais brutal opressão. Por isso, não temem a luta por seus direitos, pois já não têm nada a perder. Essa luta é travada pelos próprios lavradores: procuram tomar o sindicato das mãos oficiais, expressam seus sofrimentos em versos e canções, promovem mutirões para comprovar a força de sua união, fazem manifestações públicas para denunciar a opressão em que vivem. Na consciência das comunidades rurais, a luta é a vivência do Evangelho. Elas não perguntam qual a distinção entre evangelização e libertação, que é o trabalho supletivo da Igreja ou se o Evangelho é pela violência ou não-violência. Premidas pela necessidade, sabem que Deus criou a terra para todos e que a terra deve ser de quem nela trabalha. Por isso, resistem ao acelerado ingresso do capitalismo no campo, principalmente aos projetos agropecuários das empresas multinacionais, proprietárias de extensões de terras que ultrapassam, às vezes, um milhão de hectares.

# MÉTODO E PEDAGOGIA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

## O método

As comunidades eclesiais de base se orientam pelo método ver-julgar-agir. Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um lavrador ou no salão paroquial, os participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades. Em geral, são problemas domésticos (uma filha doente, um vizinho desalojado de seu terreno, o mutirão para erguer o barraco destruído pela chuva) e profissionais (a obrigação de fazer horas extras na fábrica, a organização do sindicato rural, o desemprego). A maneira de se colocarem as questões varia muito. Em certas comunidades, o monitor - ou coordenador simplesmente indaga aos participantes como foi a semana em casa, no bairro, no trabalho. No relato, saem os problemas e as dificuldades; percebe-se que uma ou duas questões se impõem como mais importantes. A esta parte, chama-se o ver.

Em torno das questões principais é que a reunião prossegue. Passa-se ao julgar. Como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho. Alguém sugere uma passagem do Novo Testamento que, a seu ver, ilumina o tema em discussão. Todos ouvem em silêncio e, em seguida, fazem seus comentários.

Desta relação ação de Jesus - nossa ação entra-se na terceira parte: o agir, o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema. Combina-se um mutirão para ajudar a colher o feijão de um lavrador ameaçado de perder a produção, o abaixo-assinado no bairro para reivindicar água ou esgoto para as casas, a compra de alimentos no atacado a fim de evitar os altos preços do varejo.

Este sistema não é mecânico. Muitas vezes uma comunidade passa meses em torno de um único problema: a luta contra a expulsão dos posseiros. Cada reunião é um momento de avaliar a resistência dos posseiros e combinar as próximas etapas da luta.

O método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em seqüências estanques que provocariam, na sucessão de reuniões, uma espécie de eterno retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais. A avaliação de agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais (teológicas, bíblicas e políticas no sentido amplo).

Grupos de natureza religiosa, as comunidades têm um caráter pastoral, que é aristotelicamente político. Por adotarem um método que parte da realidade, elas suprimem a dualidade fé-vida encontrada em grupos cristãos que partem da doutrina e reduzem o "ser cristão" ao domínio intelectual-moral das verdades reveladas e explicitadas pelo magistério eclesiástico.

Como forma de organização daqueles que, por sua pobreza e opressão, revelam o verdadeiro caráter da polis, as comunidades permitem à Igreja retomar sua índole evangélica: ser fermento na massa, luz no mundo, sal na comida. Espaço de expressão da palavra do oprimido, nas comunidades emerge a consciência crítica do povo, a crítica à ordem social injusta. Nesse sentido, elas são políticas, não enquanto grupos partidários ou dotados de estratégias e táticas políticas. Pretender "despolitizar" as comunidades seria castrar seu caráter pastoral libertador e torná-las mera caixa de ressonância do discurso eclesiástico-político dominante, aprofundando a introjeção da ideologia do opressor na consciência do oprimido. Seria uma inversão de seu papel de descodificadoras da consciência do oprimido para tornarem-se legitimadoras de uma Igreja de neocristandade<sup>1</sup>, vinculada aos interesses dos proprietários dos meios de produção e mediatizada em sua relação social pelo Estado burguês.

A ação das comunidades eclesiais de base dá-se de modo intra-ecclesial (celebração do culto, festas litúrgicas, novenas, catequese, preparação aos sacramentos, estudos de documentos da Igreja) e de modo extra-ecclesial (vinculação às lutas populares, na cidade e rio campo).

{<sup>1</sup> Cristandade: período da Idade Média em que a Igreja tinha hegemonia política na sociedade. Neocristandade: a Igreja cuja estrutura institucional se apóia no aparelho político e administrativo do Estado.}

## Os círculos bíblicos

Muitas comunidades utilizam, como subsídio metodológico, os círculos bíblicos, criados por Frei Carlos Mesters. São folhetos em linguagem popular -- linguagem visual e não conceitual, concreta e não abstrata, como nas parábolas do Evangelho - onde os fatos da vida são comparados aos da Bíblia.

Os círculos ajudam a mostrar que a Sagrada Escritura não é um livro de histórias do passado ou uma caixa de oráculos divinos: é a história de um povo, relida por esse mesmo povo, à luz da fé no Senhor da libertação. Assim, a Bíblia ensina-nos a reler nossa história à luz dos desígnios do Pai, que se manifestam nos caminhos dos pobres. A comunidade toma consciência de que ela também "está escrevendo" sua Bíblia.

A partir dessa consciência a presença redentora de Deus faz-se sensível nas lutas da comunidade. Sem perder sua dimensão transcendente, a fé do grupo torna transparente a realidade em que se vive: passa-se a entender o caráter relativo do status quo, a dimensão histórica da vida, e a buscar as verdadeiras raízes dos males sociais. O texto bíblico faz a comunidade emergir da consciência de sua situação geográfica para a consciência de sua situação histórica. E revela o Pai de Jesus Cristo como o Deus decididamente comprometido com a história da libertação dos homens.

## A formação da liderança pastoral

Há diferença entre o universo mental do agente pastoral e o dos membros das comunidades. A mudança de lugar social por parte do agente pode reduzir essa defasagem, mas não é suficiente para solucionar o problema. É o próprio povo que deve assumir a direção de sua caminhada. As pessoas do meio popular tomam em mãos essa direção através das lideranças geradas e consolidadas pelo próprio trabalho. Essas lideranças, submetidas ao controle permanente das bases e revogáveis a qualquer momento, devem estabelecer a mediação do agente pastoral com a comunidade, impedindo que o agente seja, na prática, o dirigente da comunidade.

Sem liderança pastoral, o trabalho fica na dependência do agente. O povo não assume a caminhada como sua. Corri a eventual saída do agente, o trabalho corre o risco de regredir à estaca zero, por falta de pessoas da própria comunidade, formadas para levá-lo adiante. Com a chegada de um novo agente, dotado de outra visão pastoral, nova dependência se estabelece, fazendo com que a comunidade passe a caminhar numa direção diferente da primeira. Em outras palavras, para que o agente pastoral possa avaliar positivamente o resultado de seu trabalho, deve estar seguro de que, caso seja afastado da área, a comunidade prosseguirá caminhando no mesmo rumo.

A liderança pastoral não se forma por indicação do agente, nem surge pela reunião dos "caciques" de comunidades, que se arvoram em mini-padres. Ela se forma na prática da comunidade. Não é um grupo que toma para si a direção dos trabalhos.

É a própria comunidade que se exprime através de alguns de seus membros, sem que estes se destaquem dela. Essa liderança nada tem a ver com o modelo de "líder" apresentado nos manuais de dinâmica de grupo. É uma liderança mais coletiva que pessoal, mais flexível que institucional, mais representativa da base.

A formação a partir da prática não se dá pela simples participação espontânea na comunidade, mas exige momentos de recuo perante a prática, nos quais a ação pastoral adquire sua base teórica. Sem essa reflexão sobre a ação, sem esse emergir da situação dada, a liderança pastoral não consolida a visão de conjunto de seu próprio trabalho, nem descobre seu projeto histórico.

Um dos mecanismos que ajudam a consolidação das lideranças pastorais é o treinamento, que não consiste num simples encontro de fim de semana, mas num momento de reflexão em que o agente pastoral transmite ao pessoal das comunidades os conhecimentos que possui. Não se trata de elitizar os representantes da base e muito menos de afastá-los de seu meio de origem. A função do treinamento é criar o espaço necessário para que as comunidades possam exprimir sua palavra, avaliar sua prática, analisar sua caminhada, planejar sua ação. Por isso, o treinamento é permanente; é o espaço em que a coordenação pastoral se submete às comunidades, que devem ter real poder de decisão. Enquanto as decisões pastorais continuarem a ser fumadas pela boca do povo, o povo será Igreja mas a Igreja não será povo.

## A pedagogia de trabalho

O trabalho pastoral criou uma nova consciência naqueles que, no país, buscaram a libertação do povo. A consciência de que essa libertação somente será possível à medida que as classes populares puderem assumi-la e realizá-la. Ela será obra dos próprios setores populares organizados. Sem isto, o máximo que poderá haver será uma pseudo-libertação, que muda as pessoas que ocupam o poder mas não modifica o caráter e a natureza do poder.

A pastoral popular criou a exigência de ida ao povo. Não foi algo exclusivo dela. Certos grupos políticos e militantes independentes também assumiram a mesma linha de trabalho. Porém esses que, na Igreja, se tornaram animadores das comunidades populares - os agentes pastorais - puderam constatar, no contato com as classes populares, o quanto eram colonialistas. Aliás, devo dizer, nós e não eles. Julgávamos o povo pobre coitado, ignorante, enquanto éramos dotados de grandes virtudes acadêmicas, de diplomas, de cursos e de luzes divinas. Pretendíamos ensinar ao povo aquilo que é "bom para o povo".

Ora, a prática demonstrou que isso é um grande equívoco. Fomos desmascarados pelo próprio povo que, com seu silêncio, assistia ao papel ridículo que nós, agentes de classe média, representávamos. O povo está tão cansado de ser humilhado pelo "saber" e o "poder" da pequena burguesia que ele nem sequer critica. Finge que está aprendendo e até repete nosso vocabulário, uma espécie de dialeto pelo qual aferimos o nível de conscientização dos trabalhadores. Contudo, na hora da ação, ficamos sozinhos no nosso vanguardismo. O povo sabe que a coisa não é por ali, mas a gente não teve paciência em escutá-lo. Portanto, é preciso que nos reeduquemos ao pretender educar as classes populares. É preciso despojarmos das categorias acadêmicas e dessa "erudição" europeizada, cartesianamente destilada em conceitos claros e precisos, como se o real fosse o que existe em nossa cabeça. O real é a vida da lavadeira, do peão, do posseiro, do índio, do operário, do pivete, do ferroviário, do bóia-fria.

A pastoral popular procura estabelecer uma relação dialética com as bases e um dos aspectos mais importantes dessa relação é a descoberta de uma nova pedagogia de trabalho com as classes populares. Uma pedagogia que permite verificar algumas das razões pelas quais não se firmou ainda neste país um instrumento político enraizado no povo e capaz de se afirmar, historicamente, como "vanguarda libertadora". A tradição política brasileira, em suas formas institucionais, tem sido uma tradição elitista onde as pessoas, do alto de seus privilégios, consideram possível criar um modelo político que corresponda às necessidades do povo.

Uma coisa importante na pastoral popular foi a descoberta de que o processo de conscientização é um pouco mais complicado do que se supõe: ele se faz na medida em que a nossa prática corresponda às nossas idéias. Acontece que entre os intelectuais, em geral, há coerência de idéias, elas, muitas vezes, não há coerência de prática. Entre os moradores da periferia é mais fácil encontrar coerência de prática que de idéias. No contato agente-base, um e outro se reeducam, como bem o demonstra Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*.

Os agentes permitem aos núcleos organizados ter clareza de sua prática social e política. Os núcleos levam os agentes a assumirem essa prática. O povo, então, deixa de ser um mito, um conceito quimicamente destilado, e os agentes perdem a pretensão de ser dotados de toda a ciência capaz de mudar a história.

No contato diário, os agentes se dão conta de que a realidade extravasa os conceitos e, ao mesmo tempo, descobrem que a prática popular, com suas ambigüidades, é a única capaz de, organizadamente, criar um projeto alternativo à sociedade em que vivemos. Destrói-se aquela imagem idílica do povo, como se ele fosse um barril vazio pronto a ser enchido pelas idéias explosivas dos agentes de classe média. O povo é o cachaceiro da esquina, o operário que ilustra o quarto da pensão com fotos de mulheres nuas, a lavadeira que acha natural a diferença entre pobres e ricos, o biscateiro que sonha ganhar na Loteria Esportiva para se tornar explorador. Todavia, dentro de um trabalho organizado, emerge a consciência do oprimido, apreendendo o avesso da estrutura social e partindo para uma prática transformadora.

Um exemplo desta prática: na periferia de São Paulo e no ABC há muitos clubes de mães, grupos de mulheres que se reúnem para costurar, visitar doentes, passar abaixo-assinados no bairro, etc. Na greve de 1978, enquanto os maridos iam para as fábricas cruzar os braços diante das máquinas, as esposas descansavam. A noite, os maridos dormiam e os clubes de mães trabalhavam, rodavam 350 mil boletins contendo informações sobre o andamento da greve. A partir das primeiras horas da manhã, esses boletins eram distribuídos à porta das fábricas, sobretudo daquelas que ainda não tinham aderido ao movimento. Uma mãe que faz essa experiência dá naturalmente um salto qualitativo muito maior do que aquelas que apenas ouvem discursos sobre as relações de produção ou a libertação.

Muitas vezes, a prática pastoral deu a impressão de ser um gancho para a conscientização política. O padre lia na missa a passagem dos Atos dos Apóstolos que narra a subida de Jesus aos céus, fechava o livro e comentava: "Pois é, pessoal, como a gente vê, o custo-de-vida continua subindo muito..." Este tipo de colocação partia do pressuposto de que o discurso religioso não é suficientemente libertador e exige, portanto, uma complementação explícita do discurso político. Contudo, começou a ocorrer que, em muitas

comunidades, as pessoas gostavam de rezar, cantar, ler e meditar o Evangelho, mas, quando se começava a falar em sindicato, fome, miséria, opressão, pareciam um pouco saturadas e algumas até se afastaram da comunidade. Não queriam ouvir falar do que já não suportavam sentir: a carência de bens elementares e vitais.

Ante essa reação, os agentes pastorais tomaram consciência de um problema grave: as categorias de seus discursos religiosos foram quase que totalmente apropriadas pela ótica das classes dominantes. Quando se abandona o discurso religioso e se hipertrofia o discurso político, se está de fato aceitando a apropriação que a burguesia fez do capital simbólico da fé e não enfrentando o desafio de desapropriá-lo. O discurso religioso deve ter o mesmo impacto libertador que o caracterizava na boca de Jesus e da comunidade cristã primitiva.

Os cristãos precisam recuperar as dimensões intrinsecamente libertadoras do discurso evangélico. Em toda a experiência apostólica narrada nos evangelhos, Jesus, em momento algum, procurou os poderosos para tentar convertê-los, acreditando que pela conversão dos poderosos viria a mudança social. A opção de classe de Jesus é pelos oprimidos. Deus, ao se encarnar historicamente em Jesus de Nazaré, optou pelas classes populares e, dentre essas classes, é que escolheu a maioria dos seus apóstolos.

## **Populismo e vanguardismo**

Dois desvios devem ser evitados na prática da pastoral popular: o populismo eclesial e o vanguardismo eclesial.

O populismo eclesial é a atitude dos agentes que sacralizam o povo, como se este tivesse uma consciência pura, isenta de qualquer influência da ideologia dominante. Acreditam que o povo, por si só, é capaz de se conscientizar e de se libertar. Nas reuniões, deixam que só o povo fale. Os agentes desta tendência preferem ficar calados, ouvindo cada frase como preciosa peça da sabedoria popular. Não questionam nem analisam a situação concreta em que o povo se encontra. Procuram viver como o povo vive, trabalhar como o povo trabalha e comprometem-se a dar somente os passos que o povo der.

De um anti-intelectualismo exacerbado, esta tendência revela-se também no trabalho espontaneísta, sem planejamento e avaliação, feito de qualquer maneira, sem análise da realidade, sem clareza de objetivos, a não ser os universalmente genéricos. Esta tendência abarca os agentes que não se qualificam para a inserção no meio popular, como se este não merecesse o menor respeito e servisse de cobaia a qualquer improvisação pastoral.

Sob a máscara de profundo respeito ao povo, esse populismo eclesial se contradiz, ao julgar necessária a presença de seus agentes junto às comunidades. Isto revela que, de fato, não acredita que o povo seja capaz de, por si só, assegurar o trabalho, já que a caminhada das comunidades é animada por esses agentes; não só animada, mas sobretudo controlada. Eles estão convencidos de saber o que é bom ou não para o povo. Assim, apropriam-se da orientação das comunidades, afastando qualquer influência ou tendência que, a seus olhos, não pareça conveniente para o povo.

Por outro lado, no estilo obreirista ou pauperizante em que vivem no meio popular, os partidários desta tendência ajudam a reforçar a falsa idéia de que a pobreza é uma virtude agradável aos olhos de Deus. Encobrem desta forma a verdadeira causa da pobreza, que é a contradição entre capital e trabalho. Esquecem-se de que a Palavra de Deus aponta a pobreza como sinal de injustiça, sem jamais canonizá-la. Se chama o pobre de "bem-aventurado", não é pelo fato de ser pobre, mas por merecer a promessa da posse do Reino, sacramento de um mundo novo que não interessa senão àqueles que só têm a ganhar com a mudança. Se a Igreja, a exemplo do Mestre, faz opção pelo pobre, não é pelo romantismo de partilhar dessa condição social, mas na linha da encarnação, de assumir a situação do pobre para ajudá-lo a se libertar da pobreza - não pela ascensão às classes superiores, mas pelo fim das contradições antagônicas entre as classes.

Por sua vez, o vanguardismo eclesial é a atitude dos agentes que julgam o povo incapaz, ignorante e se julgam auto-suficientes no encaminhamento da pastoral popular. Acredita esta tendência que nada tem a aprender com o povo, riem de perder tempo respeitando a caminhada das comunidades. O importante é politizar o mais depressa possível as bases populares. Os vanguardistas, convencidos de que a "ciência" que liberta se elabora fora do povo para ser depois nele introjetada como quem aplica uma injeção, acreditam mais nas próprias idéias que na prática testada e avaliada em comunidade.

Esta tendência resulta de uma formação elitista, eivada pela crença de que a história é feita por aqueles que detêm o poder. No fundo, desconfia da capacidade de o povo assumir seu próprio processo pastoral. Nem sequer abre condições para que elementos da base influam nas decisões pastorais. Acredita na validade de uma coordenação pastoral capaz de "pensar" pela cabeça do povo e de estabelecer o que é

melhor para ele. Do alto de seu elitismo, esta tendência é incapaz de perceber, por trás do discurso verbalmente limitado do povo, toda uma riqueza de linguagem que se exprime de vários modos. Por outro lado, esta tendência aceita intrinsecamente que o povo deve ser manipulado, dirigido, empurrado, consolidando a divisão social que determina a dominação das camadas privilegiadas sobre as camadas populares.

# A PALAVRA DOS OPRIMIDOS

## Do discurso genérico à ação concreta

O discurso religioso é, por natureza, um discurso genérico, simbólico, ético, que estabelece uma meta, um projeto, aquilo que deve ser. Não propõe mediações concretas dentro de uma estratégia definida. Não é um discurso analítico. Assim, o discurso religioso enuncia princípios, mas não desce aos detalhes da aplicação; estabelece normas, mas não determina um plano de ação; aspira à justiça, mas não diz com que meios alcançá-la dentro de uma circunstância concreta.

O agente pastoral procura conscientizar os membros da comunidade, falando-lhes de fraternidade, união, direitos humanos, mundo novo, ricos e pobres. Por mais que a comunidade esteja aberta a estas propostas genéricas, elas não são suficientes para operar uma mudança na prática da comunidade. Mesmo que a comunidade deseje ardentemente um mundo de justiça, o que fazer concretamente para alcançá-lo?

O discurso genérico é capaz de sensibilizar a consciência popular, mas não é capaz de mobilizar o povo. E uma consciência sensibilizada, sem ação conseqüente, é como um tronco sem raiz, que acaba perdendo a vitalidade, ou conduz a uma profunda alienação, freqüente nos meios eclesiais: a de reduzir a realidade ao nível dos conceitos, como se o discurso sobre a história fosse suficiente para transformá-la.

O povo não inicia sua mobilização por bandeiras genéricas, de caráter jurídico-político, próprias à consciência progressista da classe média. O povo, num primeiro momento, mobiliza-se em função de seus interesses imediatos: água encanada, luz para o bairro, transporte, custo-de-vida, etc. É através de ações concretas, em função desses interesses imediatos, que a base popular chega a absorver e entender a força de sua união, a luta pela justiça, a busca de um mundo novo. Somente através dessas ações concretas é possível avaliar o resultado objetivo do trabalho de base.

A educação popular, traduzida em tarefas específicas, permite ao povo criar os instrumentos próprios a sua organização e ação política, sem ônus para a comunidade eclesial.

Dentro desse programa de educação, deve o agente pastoral estar consciente da diferença de níveis de aspiração entre a classe média e a camada popular. Por ter suas condições econômicas de vida relativamente asseguradas, a classe média é mais sensível às reivindicações políticas, especialmente as que refletem seu próprio interesse de classe, como campanha pela anistia, constituinte, direitos humanos. Essas campanhas, embora revertam indiretamente em benefício do povo, não são capazes de mobilizá-lo, uma vez que as reivindicações específicas do meio popular não se colocam prioritariamente ao nível jurídico-político, mas ao nível econômico.

## História e transformação da realidade

Há, na consciência do agente pastoral, um dado que determina tanto sua palavra, quanto sua ação: a percepção da vida e do tempo como movimento histórico. Todavia, esse dado não é uma aquisição definitiva. Ele existe na consciência enquanto esta se alimenta numa prática histórica. O agente que se afasta desta prática regride em sua consciência histórica. Adaptado ao sistema, ele passa a pensar à luz da ideologia dominante ou, pelo menos, dentro dos limites traçados por ela.

A percepção da vida e do tempo como movimento histórico é algo intrínseco à revelação cristã, cuja base é a história de um povo (Israel) e a práxis libertadora de um homem, Jesus de Nazaré. Entretanto, a consciência popular concebe o mundo como imutável. Não possui a mesma espinha dorsal na qual o agente enraíza suas categorias libertadoras. O povo não conhece a história da opressão pelo estudo dos modos de produção, ele a conhece por sua própria vivência, sua própria história, seu passado indígena ou escravo; pela tradição familiar oral, pelo seu êxodo permanente em busca de melhores condições de vida. As coisas que o agente pensa, o povo sente. Por isso, o povo sabe fazer silêncio ante o agente que vem de fora; sabe manter-se paciente diante de propostas imediatistas; sabe conservar sua intuição de classe dentro do processo histórico.

O calendário do povo não se tece por grandes datas, mas pelos principais acontecimentos de sua própria história. Enquanto o agente não aprende a escutar o povo, despojando-se de seu esquema mental para assumir a lógica da sabedoria popular, permanece a defasagem entre eles. Pois o papel do agente junto ao povo é apreender as coisas do povo, sistematizá-las com o próprio povo e contribuir para que o

povo ordene a sua experiência histórica na forma de percepção prospectiva, projeto a longo prazo, visão emergente dessa realidade dada, capaz de conceber uma nova forma de organização social.

## A mudança de lugar social

Da parte do agente pastoral, é preciso que ele passe a apreender a fé, a história, a vida, pela ótica do oprimido, o que não ocorre por mera intenção, nem através de exaustivas leituras. Só é possível através de uma mudança de lugar social. Passar do lugar social do opressor para o lugar social do oprimido. Vincular-se, efetivamente, à educação de base, não apenas através de visitas periódicas ou de tarefas assistencialistas, mas através de um compromisso efetivo corria a própria caminhada do povo. De Abraão a Jesus Cristo, a Bíblia nos mostra justamente isto: Deus caminhando com seu povo, sem paternalismo, sem assistencialismo, mas numa aliança, num pacto profundamente pedagógico, firmado na promessa libertadora.

Essa mudança de lugar social implica em compromisso eficaz com os interesses objetivos dos oprimidos, mudança de ótica em relação ao homem e sua história. O conceito genérico povo não deve encobrir a realidade das classes. Os membros de uma comunidade de base podem ter certos interesses comuns. Entretanto, cada um deles, da dona-de-casa ao proprietário do bar da esquina, ocupa um lugar específico dentro do processo social. Os interesses objetivos de certa parcela do povo podem não coincidir com os de outra parcela. Assim, em torno dos interesses objetivos da classe trabalhadora é que os grupos populares devem avaliar a sua prática. Fora desta vinculação à classe trabalhadora, os movimentos de base correm o sério risco de se esgotarem em caminhadas reivindicativas sem adquirirem densidade histórica.

Como a ideologia dominante influi diretamente sobre as camadas populares, nem sempre estas percebem, subjetivamente, seus interesses objetivos. A educação de base, feita através da pastoral popular, deve propiciar as condições para que essa intuição de classe se transforme em consciência de classe.

Além disso, o agente pastoral deve modificar sua maneira de entender o homem e a vida e de ler a história. Para tanto, não basta estar inserido no meio popular. Essa mudança de ótica se dá, ao nível da fé, por uma radicalidade evangélica, capaz de assumir a preferência de Deus pelos mais pobres e, ao nível da racionalidade, por uma ideologia contrária à dominante em nossa sociedade. Não se busca essa ideologia contrária à dominante nas teorias elaboradas pelos intelectuais que gozam de um lugar ao sol no sistema e não possuem nenhuma prática popular. Essas teorias não servem senão para justificar o próprio sistema ou tentar preservá-lo mediante possíveis reformas.

Ao contrário, é de muita valia, para a formação do agente pastoral, o esforço científico que sistematize os interesses objetivos dos oprimidos, revele as contradições internas do capitalismo, analise o seu processo de produção de mercadorias, das forças produtivas com as relações de propriedade, dentro de uma concepção dialética.

Esse esforço científico, por si só, é insuficiente e mesmo perigoso. Insuficiente porque não é através de teorias que o agente passa a pensar pela ótica do oprimido. A teoria deve ter como ponto de partida a própria prática popular e ela não é um privilégio do agente. Deve ser uma conquista, uma aquisição da comunidade, que é capaz de sistematizar, a seu modo, a própria experiência, revê-la, autocriticá-la e esboçá-la na forma de um novo planejamento. Cabe ao agente ajudar a comunidade a ter confiança nesse esforço, pois, por força da idéia predominante de que só a teoria acadêmica possui valor, o povo não se sente seguro em suas próprias formulações.

Para a ideologia dominante o que o povo tem a dizer não é importante. Graças a este consenso, fabricam-se partidos "populares" distantes do povo, candidatos falam ao povo sem antes ouvi-lo, dirigentes sindicais tomam posições sem consulta às bases, coordenações pastorais formam-se sem a presença de representantes das comunidades. Firmou-se a convicção elitista de que os grandes problemas sociais são monopólios dos especialistas e dos cientistas e de que não são acessíveis à consciência popular. O modelo do intelectual burguês é facilmente copiado pelo agente pastoral, que lamenta o semi-analfabetismo das camadas populares e sua incapacidade de assimilar extensa bibliografia.

A teoria nunca é uma verdade acabada, dogmática, pronta a ser assimilada. A teoria se faz e se aprofunda associada à prática popular, submetida à reelaboração e à crítica da comunidade, que subverte as categorias abstratas e os esquemas intelectualistas do agente. A teoria só é correta quando exprime essa prática popular. Por isso, ela se reformula a cada momento, como subsídio às novas etapas alcançadas pela prática. Do contrário, ela confirmaria o mito idealista de que o discurso sobre o real é suficiente para transformá-lo.

## O material escrito das comunidades

Há no Brasil uma extensa rede de comunicação popular tecida pela multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cordel, cadernos de formação, elaborados pelas comunidades eclesiais de base. Feito em mimeógrafo ou em off-set, esse material de comunicação escrita é preparado sob a coordenação e supervisão dos agentes pastorais. A comunidade sugere o texto ou o tema, os agentes fazem a primeira redação e a submetem à crítica da comunidade antes de considerá-lo acabado. Para a comunidade, sua possibilidade de entender o que está escrito é determinante na aprovação do texto. Os agentes que não se inserem na vida da comunidade, produzem textos que dificilmente são lidos e entendidos por ela.

Não se quer negar com isso a necessidade do chamado rigor científico nem exigir que todo texto produzido a partir da prática popular retorne, de alguma maneira, a essa mesma prática. Critica-se o fato de o texto ser produzido acima da prática popular, a partir do discurso eclesial ou teológico oficial, sem vínculo algum com aquilo que se passa realmente na vida das comunidades ou com os agentes que estão organicamente ligados a elas.

O processo de produção da comunicação escrita por parte dos agentes orais é um processo que parte da prática das comunidades. O texto recolhe, em forma de notícias, reflexões, orações, versos, contos, narrações ou análises, aquilo que a comunidade vive e fornece espontaneamente. Se destinados às próprias comunidades, o código de elaboração obedece às exigências da inteligência popular. O conteúdo conceitual é transmitido através da descrição visual. O leitor popular vê aquilo que lê. É como na Bíblia, a roais popular das obras clássicas: a mensagem não é apenas afirmada, é descrita na forma de histórias, lendas, de poemas e de mitos. Escreve-se como o povo fala: contando o caso, como o Evangelho o faz em parábolas.

Na publicação popular, esse código é enriquecido por ilustrações, desenhos ou fotos. As descrições e ilustrações procuram refletir a situação vivida pelos leitores. O texto é para eles como um espelho no qual reencontram sua verdadeira fisionomia.

## A reunião da comunidade

A reunião é um meio de comunicação entre os membros das comunidades eclesiais de base. Não se constitui num espaço fechado, como certos movimentos cristãos que fazem de seus encontros um recuo diante do mundo e da vida cotidiana. Ao contrário, a reunião permanece aberta à realidade concreta de seus membros e é em função dessa realidade que ela encontra seu dinamismo e sua razão de ser.

Não há propriamente um roteiro para as reuniões de comunidades ou uma estrutura definida. É o uso do método ver-julgar-agir que constitui a espinha dorsal da reunião. Dentro dela, multiplicam-se formas de comunicação não-escrita: o canto de abertura, as notícias trazidas pelos militantes (como foi a visita de uma comissão do Incra para assegurar a posse de uma terra; o transcorrer de uma greve; a doença de um companheiro), a leitura e a meditação de um texto bíblico, o debate a respeito das questões levantadas em torno da prática da comunidade.

O agente pastoral ajuda a comunidade a expressar sua palavra: faz perguntas, provoca debates, suscita problemas, questiona e faz os membros das comunidades aprofundarem o que eles próprios disseram.

A reunião semanal, quinzenal ou mensal é o jornal da comunidade: aí se dá a troca de informações e a atualização a respeito dos trabalhos e lutas populares nas quais os membros das comunidades se acham engajados.

## Os encontros ou treinamentos

As comunidades têm o costume de periodicamente participar de encontros ou treinamentos promovidos pela coordenação de pastoral. Em geral, esses encontros realizam-se aos fins de semana, em local afastado, onde os militantes possam estar juntos um ou dois dias. A diferença entre encontro e treinamento é que o primeiro é uma reunião das comunidades para aprofundamento espiritual, para debater o plano pastoral da diocese ou para discutir como integrar-se ao tema que a Campanha da Fraternidade da CNBB indica a cada ano, enquanto o treinamento destina-se à formação de membros das comunidades. Não visa propriamente a chegar a conclusões ou a um planejamento de trabalho. Procura dar aos militantes condições de se aprofundarem em certos temas concernentes a seu engajamento: como funciona a sociedade, o uso da Bíblia, o estudo do documento de Puebla, o que é o capitalismo, história da classe operária, fé e política, política agrária, etc.

O êxito dos encontros e treinamentos depende, fundamentalmente, de dois fatores que se inter-relacionam: a boa utilização de recursos pedagógicos e de dinâmicas de grupo.

Há uma infinidade de recursos pedagógicos, porém alguns são mais utilizados, como os cartazes desenhados ou ilustrados pelas comunidades. Ainda que não satisfaçam o gosto estético do agente pastoral e sejam um atentado à gramática, os cartazes elaborados pelos militantes espelham aquilo que eles vivem, pensam e querem. Os audiovisuais feitos à base de fotos dos cartazes têm mais efeito sobre a comunidade do que aqueles que, em nome do bom gosto, usam fotografias estranhas à comunidade. O audiovisual retrata, de preferência, a própria comunidade e seu contexto de vida. Ver-se na projeção é reapropriar-se de sua identidade pessoal e social. Não se deve passar o audiovisual uma única vez, pois a primeira mostra deve permitir que os espectadores comentem livremente o que vêem, dêem risadas, façam piadas com os companheiros que aparecem na foto, expressem sua admiração e surpresa pelo que lhes é mostrado. Só na segunda projeção é que o grupo tem condições de refletir sobre o material exibido.

O recurso pedagógico é tanto mais eficaz quanto mais é fruto da criação da própria comunidade, ainda que sua precariedade fira a suposta eficiência dos recursos tecnicamente bem feitos. Desenhar com giz o mapa do Brasil no chão e pedir aos militantes que imitem os fluxos migratórios é bem mais pedagógico que expor um mapa na parede e descrever oralmente o fenômeno social. Um pequeno jornal feito por eles tem mais importância que qualquer outro trazido de fora.

A dinâmica de grupo, como canal não-escrito de comunicação, integra a comunidade por ser um canal vivencialmente operado pela comunidade. Como meio de comunicação, a dinâmica inclui expressão oral e corporal, encarnação e visualização da idéia ou do tema, disciplina e emoção. Sobretudo, ela permite evitar a relação educador-educando como relação entre aquele que sabe e ensina e aquele que não sabe e aprende. Ela permite partir do próprio grupo e ajudá-lo a descobrir que ele sabe muito a respeito daquilo que ele quer saber. Vejamos três exemplos.

a) *Estudo de história*: o treinamento destinava-se a permitir ao grupo a aquisição deste varal que, estendido ao longo de nossa visão, nos possibilita dependurar, em forma de seqüência e relação, os fatos aparentemente isolados que vivemos e conhecemos: a consciência da vida não como mero processo biológico, mas como processo biográfico, histórico. Conscientizar-se sem essa percepção da vida como história é o mesmo que tentar ficar em pé sem espinha dorsal.

Tratava-se de um grupo de operários. Em vez de aulas a respeito dos diferentes modos de produção, o agente pastoral formou pequenos grupos nos quais cada operário contou a história de sua vida aos companheiros. Cada grupo escolheu a história que mais o impressionou ou lhe pareceu mais significativa. Entre todas, uma foi sorteada e contada ao plenário. O operário narrou como veio do Nordeste para o Sul, em busca de trabalho, e as dificuldades que enfrentou. O agente marcou na lousa o "calendário" do narrador, feito de fatos e não de datas. A frente dos principais fatos, registrou episódios importantes ocorridos no Brasil e no mundo à mesma época. Ao fim da narração, o agente intitulou o registro na lousa de "presente".

Em seguida, pediu ao narrador que contasse a vida de seu pai e de sua família. O operário disse que sua família era de agricultores, possuíam uma pequena extensão de terra. O agente marcou na lousa: "passado". Pediu então que o narrador dissesse como gostaria de ver seus filhos quando fossem adultos. Ele respondeu que sonhava ver seus filhos na universidade, tirando diploma de doutor. O agente marcou: "futuro".

Passou-se à discussão de plenário, dividida em duas questões básicas: 1ª) por que o pai do operário tinha instrumentos de trabalho e seu próprio meio de produção (a terra) e ele agora nada tem? O que aconteceu no país que impediu o presente do filho de ser melhor que o passado do pai? 2ª) será que, do jeito que anda a situação, esse presente que ele vive vai permitir a seus filhos o futuro que ele sonha?

O plenário fez uma análise interessante, descobrindo a história como fio condutor da vida. Ao final do debate, o agente fez a amarração, explicando a sucessão histórica dos modos de produção e apontando as causas estruturais da diferença entre a vida do pai do narrador, a vida do narrador e as perspectivas de futuro dos filhos do narrador.

b) *A renovação da Igreja*: este era o tema do treinamento para dirigentes de comunidades. O agente pediu que um pequeno grupo fizesse uma dramatização, mostrando como era a antiga Igreja. A dramatização é um dos recursos pedagógicos mais utilizados em encontros e treinamentos, pois envolve racional, visual e emotivamente os participantes, além de desenvolver as expressões oral, corporal, rítmica e mímica dos atores. Outro grupo preparou uma dramatização mostrando a Igreja renovada após o Concílio Vaticano II.

Essa dupla visão de um mesmo tema desenvolve o raciocínio dialético, fazendo perceber que cada coisa tem o seu contrário e que, numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, a versão dos fatos comumente aceita não é a única e, com certeza, é a versão dos setores dominantes. Resta encontrar a

versão dos setores dominados. As dramatizações foram feitas sem expressão geral, em silêncio. Ao fim de cada uma, o plenário analisou o que foi apresentado. Nessa hermenêutica, o grupo dramatizador não participou, apenas ouviu as diferentes interpretações. Terminado o prazo de discussão, é que ele explicou a sua intenção ao representar tais personagens ou situações.

c) *Fé e política*: no treinamento que tratava da relação entre estas duas dimensões da vida dos membros das comunidades, o agente escreveu na lousa quatro definições ou maneiras de entender o tema: 1ª) a fé cristã não tem nada a ver com a política; 2ª) a fé e a política são coisas diferentes mas necessárias que se completam em nossa vida; 3ª) a política é mais importante que a fé porque resolve os problemas da sociedade; 4ª) política é perigoso porque faz perder a fé.

Cada participante numerou a folha que tinha em mãos de 1 a 4. Escreveu à frente de cada número: concordo, discordo ou não sei opinar. Terminada a votação, verificou-se quantos concordaram, discordaram ou se abstiveram em cada uma das afirmações. O resultado mostrou que o grupo não tinha idéias tão coesas como se poderia imaginar. Todos que concordaram com a primeira afirmação reuniram-se num grupo para pôr em comum suas razões e escolher um "advogado de defesa" que, em plenário, defenderia por que "a fé cristã nada tem a ver com a política". Os que discordaram fizeram o mesmo e os que se abstiveram manifestaram suas incertezas. Esse "júri" foi feito em torno de cada definição e, em seguida, o agente sistematizou os elementos surgidos no decorrer da dinâmica.

## A liturgia nas comunidades

A liturgia desempenha um papel fundamental na constituição e coesão de um grupo ou sociedade, sejam religiosos ou profanos. Os símbolos e os ritos delimitam a natureza e o caráter dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, exprimem essa índole/proposta que define cada agrupação.

Nos ritos religiosos há uma relação explícita entre o significante (a forma, o rito) e o significado (a representação, o sentido ou o conteúdo do significante). Como em toda a vida eclesial, a liturgia funda e exprime a comunidade de base enquanto núcleo popular no qual a fé cristã é nutrida, refletida e celebrada

As comunidades celebram o culto no templo paroquial, na capela da periferia ou da zona rural e na própria reunião realizada num galpão, numa casa, ou sob a sombra de uma árvore. A liturgia corresponde à estrutura da comunidade. Na paróquia tradicional, onde predomina a pastoral sacramentalista/moralista de massa, o culto dominical tende a ser liturgicamente idealista, abstrato, sem relação direta com a vida dos fiéis, que não se conhecem e não têm nenhum laço afetivo uns com os outros. Assim, o significante fica ao arbítrio da interpretação subjetiva de cada fiel, sem que haja incidência do que é celebrado no que é vivido.

Nas comunidades populares, a liturgia reflete a inter-relação social existente entre os seus membros e o que há de comum entre seus interesses sociais e anseios históricos. O que é celebrado é o mistério de Cristo na vida. A liturgia é "lida" a partir dos fatos vividos pela comunidade e, ao mesmo tempo, projeta sua luz bíblica, teológica e espiritual sobre a caminhada da comunidade e do povo. Enquanto a missa tradicional corre o risco de ser, para o fiel anônimo, uma celebração de "mitos" fundadores de sua fé, sacralizadores de sua passividade social e política, a celebração das comunidades segue a tradição bíblica de ser uma reapropriação da memória histórica e uma atualização do significado evangélico das lutas populares. As liturgias das comunidades tendem a produzir, na linguagem simbólica da Igreja católica, uma série de rupturas aos níveis da significação e da prática.

No culto celebrado em pequenos grupos, na novena, via sacra, na reza do terço, as comunidades eclesiais de base têm condições de expressar sua palavra e, portanto, de imprimir uma nova significação aos símbolos litúrgicos, descodificando-os e inovando a linguagem litúrgica e o sentido dos símbolos. A liturgia da Palavra, na missa ou no culto, não é mais um monólogo da Palavra de Deus mediatizada pela palavra do sacerdote frente a uma assembléia passiva. Ao contrário, são longas as liturgias da Palavra nas comunidades, porque seus membros estabelecem um diálogo com a Palavra de Deus, colocando seus problemas de trabalho, suas alegrias no bairro, suas lutas populares, seus anseios de família. A dimensão eucarística da celebração inicia-se com essa partilha da Palavra de Deus, não havendo sermão e sim manifestação coletiva, na qual a palavra do sacerdote é uma palavra que se destaca apenas por estar revestida de caráter oficial. Nem por isso, porém, ela deixa de ser ouvida com discernimento crítico por parte da comunidade.

Os símbolos da celebração são extraídos da vida da comunidade e, portanto, recuperam a analogia entre simbolizando e simbolizado restaurando sua função social, sua incidência concreta sobre a prática da comunidade. Nas comunidades rurais, é comum ver celebrações em que os vasos litúrgicos são simples cuias; a toalha do altar, uma rede ou manta sobre tosca mesa de uma casa; o ofertório à base da oferta de produtos plantados e colhidos pelos participantes. Quantas vezes não participei de celebrações em que o pão eucarístico era este mesmo pão que compramos na padaria e comemos diariamente. A seu lado, na

mesa, viam-se ferramentas, jornais, abaixo-assinados, carteiras de trabalho e outros objetos que simbolizam a vida concreta da comunidade.

O discurso popular na liturgia relaciona-se com a prática comunitária e, nesse sentido, restaura o significado mais profundo da morte e da ressurreição do Senhor. Não se celebra apenas a morte cultural, oblativa, de Jesus Cristo. Celebra-se a sua morte política, vítima da ambição dos poderosos e consequência de seu compromisso radical com a causa do Pai, que é a causa dos pobres. Jesus não está vivo apenas no pão sagrado. Sua vida prolonga-se na vida da comunidade. Comungar é alimentar-se nele para prosseguir na luta. Nessa linha, a ruptura de significação operada pelas comunidades populares é, de fato, uma reapropriação dos significados evangélicos mais profundos.

As classes populares, através das comunidades eclesiais de base, readquirem, novamente, a posse do capital simbólico da fé cristã e isso, sem dúvida, atinge o cerne da Igreja enquanto comunidade fundada, constituída e identificada em sua vida litúrgica. Essa reapropriação do capital simbólico da fé faz com que a liturgia já não corra o risco de esvaziar-se num ritualismo mecânico vazio de todo significado objetivo. Assumida a partir da comunidade popular, a liturgia adquire seu sentido bíblico de exprimir um programa de vida.

## **A ruptura da prática**

A prática pastoral das comunidades eclesiais de base parte da situação dos oprimidos e tem, como horizonte, a sua libertação integral. É nesse nível que elas se defrontam com suas maiores dificuldades, mormente por representarem uma ruptura com a prática tradicional da comunidade eclesial. Enquanto esta ficava ao nível da atividade sacramental e do comportamento moral individual, como meio, inclusive, de adequação do indivíduo à ordem social vigente, supostamente eivada de valores cristãos, a nova linguagem simbólica das comunidades populares é um dos fatores que lhes permite redescobrir as energias libertadoras do Evangelho e, portanto, questionarem tanto a vida cristã esvaziada de sua dimensão política e de seu discernimento crítico, quanto a cumplicidade da Igreja com a sociedade burguesa estruturada sobre a contradição capital X trabalho.

A linguagem litúrgica da comunidade de base, coincidindo com a linguagem simples e direta de seus próprios membros, suscita a relação entre o celebrado e o vivido, revelando o caráter libertador da fé que se nutre do culto e nele se exprime. A missa é a partilha do pão e do vinho, da comida e da bebida, sacramento subversivo numa sociedade que se nega a socializar os bens materiais essenciais à vida humana. A eucaristia denuncia a acumulação de bens em detrimento da maioria da população, privada de condições mínimas de sobrevivência e, ao mesuro tempo, anuncia uma nova ordem social em que, à semelhança da mesa eucarística, todos os bens serão igualmente repartidos, estabelecendo-se a efetiva fraternidade social. A luz da fé na promessa bíblica, a prática da justiça social é um modo privilegiado de manifestação da fidelidade ao Deus único.

Essa superação da barreira de origem pagã entre o vivido e o celebrado faz com que as comunidades rompam simultaneamente a parede invisível que separa Igreja e mundo e se engajem no mundo como fermento na massa. Para usar uma imagem aparentemente paradoxal, é fora da Igreja que as comunidades encontram sua verdadeira identidade eclesial. Elas são tanto mais Igreja quanto mais missionárias, servidoras do projeto de libertação dos pobres. Para os que se acostumaram a admitir a parede invisível entre Igreja e mundo, as comunidades lhes parecem demasiadamente políticas, pouco "religiosas". Ora, também a política é uma esfera a ser evangelizada pelas comunidades. As comunidades evangelizam a política à medida que, inseridas nos movimentos populares, ajudam a estabelecer novos critérios de prática verdadeiramente popular, pedagogicamente democrática e objetivamente libertadora.

# DESAFIOS DA PRÁTICA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

## Defasagem entre agente pastoral e comunidade

Nas comunidades eclesiais de base, o povo participa com interesse quando se trata de rezar, cantar ou celebrar, mas, quando a reunião ingressa no terreno da vida, dos problemas sociais, os participantes se retraem, ficam reticentes. Sob a aparência de insegurança e medo, o povo esconde sua sabedoria, adquirida em longos anos de opressão. Não exprime o que sente pelos mesmos conceitos usados pelo agente. Este capta as coisas em frequência mais abstrata. O agente funciona em sintonia FM e o povo, em AM. Mas, por causa da insistência do agente pastoral, que talvez queira medir a conscientização do povo com a fita métrica da classe média progressista, é costume alguns membros da comunidade começarem a repetir certos termos que ele adota, como "libertação", sem contudo apreender o conteúdo que essa terminologia tem na cabeça do agente.

Às vezes, esse discurso político consegue estabelecer uma espécie de dialeto progressista entre os membros das comunidades, mas raramente produz uma mobilização efetiva para a transformação da realidade. De fato, dificilmente essa absorção vocabular e mesmo a constatação das injustiças sociais chegam a se traduzir numa nova práxis ou conduzem a um discernimento diante das contradições existentes. O povo permanece com sua maneira própria de agir e discernir, maneira essa que o agente não capta sobretudo pela falta de uma atitude de escuta. O agente quer ensinar, converter, politizar, porém não chega sequer a modificar as formas e as expressões comuns à religião popular.

Estabelece-se uma defasagem entre a proposta libertadora do agente, feita em geral de forma colonialista, e a reação da comunidade, desconfiada e que quer manipular a proposta. É como se os membros da comunidade preferissem continuar acomodados em sua opressão a se arriscarem na busca de uma transformação cujo alcance eles não conseguem apreender. Como superar essa defasagem? Quais as possíveis causas dessa situação aparentemente ambígua, na qual o discurso libertador, em vez de atrair, afasta os que anseiam pela libertação?

## O discurso religioso e o discurso político

À primeira vista, tem-se a impressão de que nas reuniões das comunidades eclesiais de base há um discurso religioso e um discurso político. Na missa, o discurso político se faz no decorrer da liturgia da Palavra, sobretudo na explicitação dos textos bíblicos, e o discurso religioso, na liturgia eucarística. No círculo bíblico, o discurso político é feito ao se tratar dos "fatos da vida", enquanto o discurso religioso acompanha a meditação do texto da Bíblia. No coito, o discurso político se faz pelo comentário do Evangelho e o discurso religioso, pelas orações participadas.

O povo acolhe o discurso religioso e desconfia do discurso político. O povo busca entusiasmado as manifestações religiosas aparentemente desprovidas de discurso político: a procissão, a romaria, a missão tradicional. Onde estaria o problema: na consciência "alienada" do povo ou na visão elitista do agente? Ora, a atitude do povo não deve ser considerada um problema. É um dado. O problema é como se comportar diante desse dado. Portanto, a razão da defasagem não estaria no povo mas na falta de clareza do agente pastoral.

Não há, na pastoral popular, um discurso meramente religioso, seguido de um discurso político. Isto só existe na cabeça do agente, que procura usar o religioso como um mero cabide para suas propostas políticas. Há, dentro do discurso religioso, um determinado discurso político, pois a linguagem religiosa e suas formas de expressão não são politicamente neutras. Aliás, não é tanto pelo objeto ou pelo tema, que o discurso religioso se distingue do político. É a estrutura de um e outro que difere. As regras que comandam o discurso religioso, não são as mesmas que comandam o político. O primeiro parte da esfera do sagrado, supõe a adesão de fé a uma revelação sobrenatural, fala sobretudo do que deve ser. O segundo brota da esfera do real, dentro da racionalidade científica, fala sobretudo do que é e visa à transformação da realidade.

O povo não é, de fato, refratário ao alcance político do discurso religioso. É refratário ao discurso político que ameaça e tenta a suprimir o discurso religioso. A proposta política, contida no discurso religioso e

simbolizada por este, o povo aceita e acolhe. Ocorre, porém, que esta proposta, aceita pelos membros da comunidade, é forjada fora do povo e à luz da ideologia dominante. Se é verdade que, numa determinada sociedade, a ideologia dos seus membros é a ideologia da classe dominante, também é verdade que o povo é dotado de um senso crítico, de uma intuição de classe que o impedem de concordar passivamente com a proposta política encerrada no discurso religioso tradicional. Se a religião pode servir para aprofundar a consciência alienada, ela pode ser também uma forma de protesto contra as misérias deste mundo. Ao ter outras referências que não a ordem vigente, a religião é anúncio e denúncia: afirmando em súplica que este mundo ainda não corresponde à promessa de Deus, ela acentua a esperança num novo estado de coisas.

Nessa linha, urge encontrar uma forma de suprimir, na pastoral popular, os dois discursos sucessivos, como se o discurso religioso fosse neutro e o político o complementasse. Deveria haver um só discurso, próprio ao caráter da comunidade eclesial: o discurso religioso politicamente libertador. Para tanto, é necessário que o agente pastoral penetre o discurso religioso do povo e descubra seu conteúdo político. O agente deve desconfiar de sua própria racionalidade, de seu saber "científico", para aprender a sabedoria popular, as formas de expressão não lógicas das linguagens do povo. É preciso também que o agente explore o universo simbólico da religião, conheça a função integradora do mito e a função mobilizadora do rito, perceba a introjeção da ideologia dominante na esfera religiosa. Só assim é possível descobrir o caráter libertador do universo simbólico da religião. É por esse caminho que o agente aprenderá, junto a sua comunidade, a fazer uma leitura do Evangelho pela ótica do oprimido, de tal modo que o seu discurso religioso seja simultaneamente libertador.

## **O papel ideológico da linguagem religiosa**

Numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, por força da contradição entre os que detêm o capital e os que fornecem o trabalho, a ideologia predominante visa a ocultar essa realidade. Uma poderosa arma ideológica é a linguagem, que pode encobrir ou descobrir o real. A linguagem própria das camadas que dominam a sociedade procura encobrir as contradições do real. A linguagem religiosa, manipulada ideologicamente pela classe dominante, tenciona dar ao oprimido a visão de que tanto a ordem natural quanto a social decorrem da vontade divina e só por ela podem ser modificadas. Assim, ante uma natureza hostil e uma sociedade injusta, não resta senão rezar, fazer penitência, aprofundar a fé, a fim de que Deus se compadeça. Qualquer atitude de mudança dessa realidade por parte do homem representa uma dupla subversão: à ordem permitida por Deus e às autoridades constituídas por ele.

A linguagem religiosa em nossa sociedade está historicamente viciada pela ideologia predominante. É uma linguagem que em sua manifestação tradicional oficial não reflete as contradições do real nem concorre para modificá-lo. Suas expressões simbólicas, como o rito da missa, foram relegadas à subjetividade dos fiéis e perderam sua genuína força objetiva. Só com muito esforço vemos na missa a celebração da partilha de bens e de vida em torno da memória do assassinato de Jesus e de sua presença ressuscitada entre nós.

Portanto, o discurso religioso da pastoral papo lar somente será libertador se partir do discurso do povo e adotar uma nova linguagem capaz de dar novo conteúdo a suas formas de expressão simbólica. Essa nova linguagem não deve ser confundida com uma linguagem explicitamente política, elaborada de acordo com o racionalismo acadêmico da elite intelectual. Trata-se de descobrir, a partir da base popular, uma linguagem especificamente religiosa, intrinsecamente libertadora, tão reveladora do real, que possua a mesma força de conversão e de mobilização que a linguagem de Jesus na Palestina do primeiro século da nossa era.

## **O universo mental do agente e o universo mental do povo**

É característica da formação eclesiástica, predominante entre os agentes pastorais, a tendência idealista de querer dar mais valor sobre o que se pensa sobre a realidade que à ação capaz de transformá-la. Da mesma forma, esses agentes costumam avaliar um regime social pelo seu discurso ideológico e não pela situação objetiva da classe trabalhadora. Torna-se acentuada a preocupação com a clareza dos conceitos, a ortodoxia da doutrina, a lógica dos enunciados, em detrimento da inserção na base, da prática social e das tarefas concretas.

Por força desse condicionamento, o agente pastoral faz das reuniões da comunidade sessões reflexivas, cerebrais, onde a "conscientização" constitui o objetivo mais importante. Ora, por viver num universo onde não há separação entre vida intelectual e trabalho manual, reflexão e ação, conhecimento e experiência, o povo logo se sente saturado desses cultos discursivos e dessas reuniões intelectualizadas.

O universo mental do agente é muito distinto do universo mental do povo. Essa constatação deve estar clara, a fim de se encontrar uma pedagogia correta na evangelização libertadora. O povo vai à reunião das

comunidades para rezar e falar, cantar e suplicar, em palavras e atitudes, e não para absorver a reflexão do agente ou rezar apenas com o espírito, sob um silêncio fúnebre e arrastado. Se observarmos, fora do catolicismo oficial, as manifestações religiosas populares, veremos o povo dançando, tocando instrumentos musicais, enfeitando o corpo, partilhando comidas e bebidas, deixando-se possuir pela divindade. As raízes indígenas e africanas de nosso povo não combinam com essa liturgia importada da Europa: formal, cerimoniosa, na qual toda iniciativa é privilégio do celebrante.

O agente de pastoral deve não só incentivar as formas próprias de manifestação da religiosidade popular como também impedir que as reuniões se esgotem em si mesmas. Igreja é missão, serviço ao mundo. Assim, certas reuniões de comunidade deveriam prestar-se a uma avaliação do trabalho e a uma redistribuição de tarefas. Pode-se aproveitar a própria estrutura do rito litúrgico: o ato penitencial serve ao momento de reflexão e da autocrítica, enquanto o ofertório se presta a reafirmação do compromisso e à distribuição de tarefas, em torno dos frutos da natureza e do trabalho do homem que, igualmente partilhados, prenunciam a sociedade sem antagonismos de classes, a ser construída, e anunciam a presença do Senhor, que conduz a história à plenitude do Reino.

## **A esfera da necessidade e a esfera da liberdade**

Todo ser humano articula a vida entre essas duas esferas básicas: a da *necessidade* e a da *liberdade*. A primeira está diretamente ligada à satisfação de nossas exigências mais elementares, tais como comer e beber. A segunda ultrapassa as nossas necessidades animais e abarca aquelas especificamente humanas: a investigação científica, o aprimoramento técnico, a festa, a fantasia, a utopia, o lazer; a criação artística, a vida espiritual.

A gente simples que participa das comunidades de base faz parte dessa imensa parcela de nossa população que vive imersa na esfera da necessidade. A vida do povo se limita a trabalhar e descansar para continuar trabalhando e obter, assim, recursos à satisfação de suas necessidades mais elementares. Por sua vez, o agente pastoral, que não está reduzido ao nível da sobrevivência, não se sente premido pela esfera da necessidade. Por força de sua situação de classe e de suas relações sociais, ele tem a esfera de necessidade relativamente assegurada. Mesmo que não tenha dinheiro, não passa fome; ainda que não tenha casa, não dorme ao relento; mesmo sem emprego, não se sente ameaçado pelo espectro da miséria. Portanto, o agente pastoral está mais próximo dessa pequena parcela da população em condições de usufruir da esfera da liberdade.

Embora as camadas populares tenham também sua esfera de liberdade, elas não possuem tempo e recursos para usufruir dos amplos benefícios dessa esfera, acessíveis apenas às classes superiores. No entanto, todo ser racional, por mais oprimido que seja, necessita emergir de sua animalidade, de sua necessidade imediata, da luta direta pela sobrevivência. Para o povo, essa esfera do lúdico, da fantasia, da utopia, da maravilha, está no futebol, na roda de samba, na cachaça, na ciranda, nos folguedos populares, nas novelas de TV, na religião. Fora do trabalho - na religião, por exemplo - o povo busca o que a vida real não lhe dá: a fantasia, o sonho, a recompensa, a proximidade com o divino, a glória, a bênção de Deus, as graças dos santos, a utopia, o milagre.

O agente pastoral, por mais consciente que seja, também não pode passar sem essa esfera lúdica. Mas, por força de sua situação de classe, não precisa esgotar essa necessidade humana na religião: vai ao cinema, ao teatro, à praia, à festa, ao bar. E não procura fazer dessas atividades um mecanismo de conscientização política, embora todas elas encerrem ou possam encerrar um determinado conteúdo político.

No entanto, esse mesmo agente, quando anima o culto popular, procura fazer do culto um mecanismo de conscientização política. É quase o mesmo que ir com amigos à praia num domingo de sol e alguém propor ficarem lendo ou discutindo o último informe econômico da Fundação Getúlio Vargas. Se o povo é convidado para uma reunião sobre o custo-de-vida, não estranhará que, na reunião, se fale do salário, preço dos gêneros alimentícios, compra no varejo e atacado, etc. Mas, ao comparecer ao culto e encontrar uma reunião sobre fome, sindicato e opressão, o povo se sente enganado, castrado em sua esfera de liberdade, imerso ainda na esfera da necessidade, justamente quando tentava se livrar dela por uns momentos. Daí o afastamento da comunidade, a busca de outras religiões mais "espirituais" ou mesmo de manifestações religiosas "apolíticas".

Esse impasse não seria superado pelo mero respeito ao culto tradicional e às formas espontâneas de manifestação da religião popular, a menos que a religião possua, numa sociedade opressiva, o mesmo papel que uma diversão ou fantasia. Se, porém, acreditamos na revelação de Deus como descobrimento da realidade, desnudamento das contradições e explicitação do sentido último do movimento histórico, efetivado em Jesus Cristo, então uma tarefa se impõe aos cristãos: a de encontrar uma forma de articular os

elementos míticos, utópicos, festivos, próprios do universo religioso do povo ao conteúdo da Revelação, de modo a fazer com que essa força simbólica desencadeie energias libertadoras.

Portanto, não se pode admitir a manipulação ideológica que faz da religião uma válvula de escape da opressão vigente e fator de alienação da consciência popular, nem destituir a religião de seus elementos próprios a ponto de não saber distingui-la de uma reunião política. Quem sabe, em nossas celebrações, devêssemos acentuar não tanto a memória infeliz de um tempo de opressão, mas muito mais a esperança feliz nos tempos que virão.

## Os novos desafios para as comunidades

A pressão do movimento popular, a luta pelos direitos humanos, as greves operárias, a nova política de Carter, foram fatores que influíram no chamado processo de "abertura política" no Brasil. O regime busca uma legitimação política a fim de obter apoio popular e dividir as forças de oposição.

Nesse contexto, a Igreja deixa de ser o único canal de "voz dos que não têm voz" e perde sua hegemonia na oposição ao regime. As comunidades eclesiais de base já não são o espaço privilegiado de organização popular e seus membros participam agora das formas autônomas de mobilização do povo e dos instrumentos de luta da classe trabalhadora.

Modificada a conjuntura nacional, há de se aceitar uma modificação no papel que as comunidades de base vinham desempenhando. Querer mantê-las como forma exclusiva de organização popular é ceder aos ímpetos de cristandade ou de neocristandade que, freqüentemente, se revelam na prática dos agentes pastorais hierarquizados. Dentro de sua missão evangelizadora, a Igreja cumpre o papel que o Senhor dela exige através da história. Sua sabedoria evangélica está em descobrir, no tecido de contradições da conjuntura, como ser coerente com seus princípios evangélicos e colocar-se ao lado dos oprimidos.

Contudo, não é a Igreja a única voz a responder às exigências do momento histórico, nem a possuir sensibilidade aos clamores do povo. Os recursos do Reino nem sempre se esgotam nos recursos da Igreja. Para salvar seu povo, Deus se serve de meios que nem sempre a nossa fé reconhece. Numa sociedade pluralista, onde novas vias de participação social e política se abrem ao povo, é normal que as comunidades de base vejam reduzido seu alcance imediatamente político, sem que isso desmereça o trabalho que realizaram e o papel que tiveram na luta pela redemocratização do país.

Essa redução conjuntural da importância política das comunidades de base não significa que estejam superadas. Ignorar a força ideológica da fé cristã na sociedade latino-americana, o desempenho da Igreja, a índole profundamente religiosa do povo, é deixar-se cegar por um idealismo que, professando pseudo-dogmas marxistas, desconhece a realidade e a composição histórico-cultural de seus elementos e suas forças sociais. O povo brasileiro, à semelhança dos demais povos da América Latina, é naturalmente cristão. A Igreja está fadada a desempenhar - como comunidade popular - um papel decisivo no futuro do Continente. Legitimando e sacramentalizando a ordem estabelecida, a Igreja contribuirá para neutralizar a luta do povo por sua libertação. Exercendo sua missão profética de denúncia da opressão e de anúncio da libertação, a Igreja ajudará esse povo a reconhecer a presença redentora do Senhor na história e a viver o mistério de Deus na dimensão bíblica de prática da justiça.

Nesse sentido, as comunidades de base continuam a representar um papel muito importante na vida nacional. São o espaço eclesial onde o povo nutre, professa e celebra sua fé, assim como o veículo de articulação dessa fé com a atividade política. Nelas, a Igreja reencontra suas origens evangélicas e abandona, aos poucos, sua postura da velha dama da monarquia. Leonardo Boff diz que as comunidades reinventam a Igreja, já que, pela ação do Espírito, refazem o caminho percorrido pela comunidade primitiva, na liberdade dos dons que o Senhor concede a seus filhos. Um desses dons é o de desapropriar o cristianismo das mãos da classe dominante, esvaziar o discurso religioso de suas conotações burguesas, recuperar a dimensão intrinsecamente libertadora da mensagem evangélica. Assim, todo aquele que se fizer cristão será necessariamente alguém comprometido com a causa do Pai, que é a causa do povo. Já não haverá possibilidade de se utilizar a Igreja como esteio das forças reacionárias, como estufa de sobrevivência espiritual de uma burguesia humanamente falida, como prostituta que se vende por qualquer dinheiro aos interesses dos opressores. Ela será de fato a comunidade dos pobres de Javé, dos que lutam motivados pela esperança de um novo céu e uma nova terra.

Desconhecer essa desapropriação do cristianismo a ser feita pelas comunidades é aceitar a apropriação da Igreja pelos interesses dominantes. Essa desapropriação não pode ser levada a efeito senão pelas comunidades cristãs populares. Embora a religião do povo seja uma questão política, não é por vias exclusivamente políticas que ela se equaciona, é sobretudo por vias religiosas e teológicas. É pela Igreja e na Igreja que a fé cristã reencontrará sua vitalidade evangélica, traduzida em práxis transformadora do homem e do mundo.

## A questão política

O movimento popular precisa prosseguir a conquista de seu espaço político. As comunidades de base não caminharão todas num mesmo sentido. Haverá, entre elas, diferentes tendências que correspondam aos estágios, de consciência e aos critérios políticos já adquiridos na prática social das próprias comunidades.

Para as mais avançadas, esses critérios básicos são: um conduto político que tenha raízes nas organizações populares de base; um conduto político sob a hegemonia da classe operária, de seus militantes mais conseqüentes e ativos; um conduto que coloque, em seu programa e ação, não só a busca de uma alternativa para o regime, mas também a busca de uma alternativa para o sistema capitalista.

Creio que as comunidades e movimentos populares autônomos se completam. As comunidades serão sempre o espaço onde os cristãos professam e celebram a sua fé em Jesus Cristo. Nenhum partido político ou movimento popular poderão substituí-las nesse sentido. As CEB's continuarão a crescer, pois elas partem da motivação mais essencial de nosso povo, que é a religião. Da linguagem religiosa, o povo extrai os elementos básicos que configuram sua mundividência. Não basta fazer leituras parciais de autores clássicos e sair dizendo que "a religião é o ópio do povo" ou que um dia ela vai acabar. Isto se lê em obras importadas da Europa, escritas num contexto em que o ateísmo existe como fenômeno de massa.

A recente luta na Nicarágua, da qual os cristãos participaram ativamente, faz valer para a América Latina o que estamos observando no Oriente muçulmano: impossível pensar em alternativa social, sem levar em conta a religiosidade do povo. É um dado de realidade e, ao mesmo tempo, um problema político. Não basta negar essa tradição cristã: é preciso descobrir como lidar com ela e em que medida ela pode ajudar a libertação dos oprimidos. Trata-se de impedir que continue como massa de manobra dos interesses das classes dominantes. Cada vez que alguém diz "a fé do povo não me interessa" está reforçando a apropriação que os opressores fazem dessa fé, pois estes jamais desistiram de fazer da religião uma legitimação de sua posição de classe.

Porém, cada vez que enfrentamos o desafio de recuperar as energias libertadoras do Evangelho e de retomar a posição da comunidade primitiva, comprometida com a subversão permanente da história em vista da utopia do Reino - que se constrói através de, mas não se esgota em nenhum regime político -, estamos estabelecendo a unidade dialética entre a fé e a política, o Evangelho e a realidade, a alma e a consciência de nosso povo.

# AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E A PRÁTICA POLÍTICA

## Prática pastoral e prática política

Nos últimos anos, o controle direto pelo aparelho repressivo do Estado de todos os espaços de articulação da sociedade civil, exceto a Igreja, permitiu que, à sombra desta, se desenvolvesse em muitas regiões do país um intenso trabalho pastoral, eminentemente popular, capaz de despertar nos fiéis a dimensão social e política da fé cristã. Certos expedientes, como o interesse pelos instrumentais de análise da realidade, tornaram-se comuns na prática pastoral, como parte integrante do processo de evangelização. Propiciar um conhecimento mais crítico e aprofundado da realidade social tornou-se condição da evangelização.

Entretanto, no seio da sociedade civil, fatores como a emergência do movimento operário, a mobilização de parte da classe média excluída do processo político, as campanhas em torno dos direitos humanos, combinados com o fracasso do "milagre" econômico e a necessidade de o regime autolegitimar-se politicamente em face de uma nova conjuntura internacional, deram ensejo ao processo de reformulação política e de busca de um novo estilo econômico. O novo perfil da conjuntura brasileira, conhecido como abertura, é o reflexo da mobilização de setores representativos do povo em face de um poder autocrático, que procura reformar-se para perpetuar-se. Nada indica que os detentores desse poder estejam dispostos a abandoná-lo ou mesmo passá-lo às mãos de lideranças civis. Contudo, há uma mudança de estilo que permite, no momento, ampliar os espaços de conscientização, organização e mobilização da base popular.

## Exigência de redefinição da prática pastoral

No espaço popular até então ocupado predominantemente pelos trabalhos da Igreja, surgem agora outros agentes motivadores e outras propostas políticas que parecem não coincidir exatamente com a índole e os objetivos da prática pastoral. É nesse momento que agentes pastorais tomam consciência de que a prática pastoral tem seus próprios limites e de que não cabe à Igreja assumir a vanguarda do processo de mudança social e política. Do trabalho de organização popular feito em torno das comunidades eclesiais de base é necessário passar à mobilização política centrada num instrumento de representação, dotado de uma proposta programática menos genérica que a da pastoral e mais imediatamente vinculada à mudança de poder na sociedade. Esse instrumento é o partido político (chame-se partido, movimento, frente ou organização). Interessa-nos aqui o papel que ele desempenha de conduto entre a sociedade civil e a sociedade política - o aparelho de Estado. Ante essa nova conjuntura, a pastoral popular encontra-se num momento que exige dela uma redefinição de seu papel e um melhor equacionamento de suas relações com a prática política.

## A Igreja como espaço hegemônico

A partir do golpe militar de 1964, os canais de participação popular no processo político brasileiro foram obstruídos e os instrumentos legais, destruídos ou rigorosamente cerceados, como foi o caso do aparelho sindical. As classes populares, porém, não foram riscadas do mapa; pelo contrário, ampliaram-se com a nova política econômica de maior rendimento produtivo, graças à exploração intensiva pelo menor custo da mão-de-obra assalariada.

A crescente concentração de renda nas mãos da minoria dominante provocou, à base da pirâmide social, a socialização da miséria. Dotado de instrumentos legais de coerção e de um sofisticado aparelho repressivo, o Estado, como gerente dos interesses do capital estrangeiro, manteve o movimento popular em refluxo, sem contudo anulá-lo. No interior das classes populares, embriões de organização e mobilização começaram a brotar desde 1966. Fruto de certo instinto de classe - de quem reconhece na força da união uma garantia de resistência - as classes populares reforçaram seus laços de solidariedade, (re)criando novas formas de organização, pequenos núcleos baseados em relações de vizinhança: clubes de mães, associações de moradores, mutirão de roça, grupos de jovens, loteamento clandestino, cursos de qualificação profissional, centros comunitários, grupos de teatro e arte em geral e outros.

Esse processo não se iniciou nem progrediu de modo espontâneo. No bojo do movimento popular, agentes políticos, vinculados ou não a grupos ou partidos, atuaram como fator de estímulo e conscientização, ajudando os moradores das periferias, das cidades ou da zona rural a recriarem seus pequenos núcleos de organização.

*À medida que buscavam novos condutos de organização e pressão social, as classes populares encontraram na Igreja comprometida com a pastoral popular um espaço privilegiado de rearticulação de suas forças.*

O cerceamento dos canais de crítica e oposição ao regime militar, mormente após o AI-5, fez com que a voz profética da igreja comprometida com a pastoral popular ressoasse hegemônica na defesa dos direitos humanos e na denúncia das arbitrariedades cometidas em nome da segurança nacional. A pastoral popular ganhou uma conotação fortemente política e a política, enquanto expressão das bases populares, passou a exercer-se junto às comunidades cristãs e à pastoral operária urbana e rural, fontes não exclusivas mas predominantes de rearticulação do movimento popular (nos bairros) e do movimento operário (nas fábricas e no campo).

## **A emergência da prática política desvinculada da prática pastoral**

Com a "abertura", a sociedade civil brasileira adquire uma nova configuração. *O movimento popular e o movimento operário se emancipam, prescindindo de seus vínculos com a pastoral*; os grupos políticos emergem da clandestinidade; muitos exilados retornam; novos canais de expressão política são criados; a reformulação partidária reflete a necessidade de se encontrar um novo palco para o embate das várias correntes e tendências que se formaram, ao longo desses anos, no seio da resistência e da oposição à ditadura.

Interessa-nos aqui a relação da prática pastoral com essa nova conjuntura política. A Igreja comprometida com a pastoral popular já não é o núcleo hegemônico de manifestação do descontentamento do povo. A pastoral popular fica num impasse. Sente-se como quem se vê na encruzilhada da história. Certos rumos, que ela pensava serem próprios à sua índole, são agora trafegados por grupos políticos, cujos princípios a hierarquia eclesial julga incompatíveis com sua doutrina.

Esse impasse coincide com o momento político de rearticulação das forças de apoio ao regime e de retalhamento da oposição concentrada no MDB. A cunha enfiada ria oposição marca a divisão de seus variados segmentos e *deixa a pastoral entre a incômoda posição de "neutralidade" política e a difícil opção por uma das tendências*. Esboça-se na nova conjuntura a emergência de uma prática política inteiramente desvinculada da prática pastoral.

A autonomia das organizações populares de base, a aspiração partidária do movimento operário, a emergência dos grupos políticos e, com eles, de toda uma racionalidade adequada à análise da conjuntura e do sistema capitalista, põem em cheque e, ao mesmo tempo, revelam a precariedade política do discurso pastoral, forjado em linguagem genérica, simbólica, utópico no que concerne a propostas alternativas, baseado em princípios éticos e inadequados para exprimir as contradições do atual momento brasileiro. Ocorrem, então, diferentes reações, conforme o nível institucional em que se situam, na Igreja, os agentes pastorais. As distinções abaixo são meramente didáticas, para efeito de visualização a análise das diferentes tendências na prática pastoral e nenhuma delas e riem todas elas esgotam o que, de fato, se passa na realidade:

1) No nível da hierarquia, a tendência é hipertrofiar o discurso pastoral, como se ele abarcasse toda a conjuntura, pelo simples fato de apreender, à luz da revelação do Pai, o sentido último e absoluto da realidade histórica. Sem dúvida, o discurso pastoral possui elementos que lhe permitem aferir a conjuntura e nela detectar os sinais de pecado e denunciá-los profeticamente. (Cf. "Subsídios para uma Política Social", CNBB, 1979.) O que falta ao discurso pastoral é uma mediação sócio-analítica que lhe permita maior concretude evangélica no anúncio de pistas alternativas que escapem ao reformismo e comprometam os cristãos com uma prática política efetivamente libertadora.

2) No nível dos padres e religiosos(as), percebe-se igualmente uma atitude de "proteção ao rebanho", como se as novas forças políticas com propostas concretas de organizações de base e desenvolvendo uma prática nem sempre condizente com a da pastoral fossem lobos interessados na rapina das ovelhas. Surge, pois, a tendência de se acentuar, em caráter de urgência, o pastoral, o religioso, o catequético, como que oferecendo um equilíbrio frente ao político, ao ideológico e ao partidário.

O velho dualismo reaparece, demonstrando a dificuldade de esses agentes equacionarem, dialeticamente, a prática pastoral e a prática política e de darem provas de confiança na condução que

assumem os trabalhos de base que eles animam e no discernimento e opção políticas da própria base popular.

3) No nível de agentes leigos provenientes da pequena-burguesia, a tendência é de reduzir a prática pastoral à prática política. As categorias de análise científica ganham predominância sobre o discurso religioso; as tarefas iminentes do movimento popular e operário deixam à margem a explicitação da fé; o sacramental e o litúrgico são relegados à esfera privada dos membros das comunidades, devido à urgência de se tratar das questões políticas e partidárias. Alguns agentes acreditam mesmo que a prática pastoral esgotou suas possibilidades políticas e que, agora, só resta fazer com que o potencial político acumulado nas comunidades deságüe num dos condutos partidários existentes ou em formação.

Outros agentes resistem, julgando-se dotados dos únicos critérios políticos verdadeiramente decorrentes da prática popular e, portanto, em condições de avaliar criticamente a prática de todos os outros segmentos ou grupos que encarnam propostas alternativas. De fato, parecem lamentar o que eles próprios sempre propugnaram: a abertura do ainda pequeno e instável espaço democrático. Na defesa exacerbada de suas posições, esses agentes movem, às vezes, acirrada campanha contra os grupos que não rezam pela cartilha da pastoral, qualificando-os de manipuladores, vanguardistas, instrumentalizadores, etc. Ao mesmo tempo, arvoram-se em protetores da base popular que, a seu ver, deve ficar distante dessas investidas ideológicas, que só servem para confundir e dividir...

## **A tendência do específico cristão**

Em nível propriamente da base popular, duas tendências se destacam: a tendência do específico cristão e a tendência da articulação dialética.

A tendência do específico cristão julga que, dentro do atual cenário de pluralidade ideológica, os cristãos e, portanto, suas comunidades, detêm valores e critérios específicos, decorrentes da revelação evangélica e da vida de fé. Esses valores e critérios qualificariam os cristãos para uma prática política cuja índole os demais grupos não cristãos jamais poderiam alcançar por mera racionalidade política. Assim, certos valores, como o respeito à pessoa, o perdão, a consciência do erro e a busca da reconciliação, seriam privilégios da prática cristã ou, em outras palavras, só existiriam na prática de quem recebeu a fé cristã.

Essa postura coloca sérios problemas de ordem teológica. A nossa fé determina a posse de Deus? Se a fé é um dom gratuito do Pai a seu povo, dom que permite a este povo, experimentando a vida divina em sua vida, ler em Jesus de Nazaré o significado mais profundo desse dom universal que é o amor, como julgar que Deus prive a humanidade de, fora da fé, atingir rio amor a plenitude do humano? Afirmar que, sem fé, não é possível possuir certos valores explicitamente evangélicos, é uma maneira velada (e, talvez, até inconsciente) de defender a perpetuação do regime de cristandade. É atribuir aos cristãos, pelo fato de terem fé, o poder de serem mais perfeitamente humanos que seus irmãos destituídos de fé. A fé daria inclusive aos cristãos, mecanicamente, um melhor discernimento político. Ora, essa espécie de racismo confessional não resiste ao testemunho de amor que muitos não cristãos têm dado em suas lutas com o povo, numa radicalidade evangélica - de fidelidade até à entrega da própria vida - nem sempre encontrável entre os cristãos. Jesus não veio senão revelar as potencialidades e as primícias contidas na vida humana e capazes de leva-la à plenitude em Deus.

## **A tendência da articulação dialética**

Essa tendência é, sem dúvida, a que aparece mais freqüentemente na prática das comunidades cristãs populares. Seus membros não conflitam oração e ação, fé em Deus e luta política, trabalho pastoral e atuação sindical. Em sua vida, essas coisas estão intimamente ligadas, mesmo que essa unidade ou articulação dialética não se reflita no discurso e na vida dos agentes que com eles trabalham. Os membros da comunidade sabem que ela não se esgota na prática política, mas a sua oração só merece credibilidade na medida em que se vincula às lutas e sofrimentos do povo. Muitas vezes, o próprio homem da base exige momentos específicos de liturgia, não pela divisão que faria entre fé e vida, mas por uma unidade tão profunda em sua vida, que lhe permite mergulhar num espaço exclusivamente litúrgico (ou exclusivamente político) sem que uma dimensão da vida ameace a outra.

O monolitismo da dimensão religiosa não existe senão na vida dos agentes clericalizados, formados num universo que, se não exclui totalmente, pelo menos marginaliza outras dimensões do humano, como o lúdico, o sexual, o político e o estético. Talvez até mesmo por não ter consciência dessas distinções seja mais fácil ao homem da base viver em unidade as múltiplas dimensões de sua vida de esposo, pai, trabalhador, membro da comunidade eclesial e militante sindical, serra falar de seus interesses pela música e pelo futebol.

Esses membros das comunidades cristãs populares não terão dificuldades em se situarem, sem sectarismo, na prática pastoral complementada pela prática política.

## **Viver o conteúdo da fé**

Outra forma de monolitismo exclusivista é o tributo pago por sermos herdeiros da racionalidade moderna: julgamos que só o racional é real. Assim, a concepção científica da história, o método dialético, as mediações sócio-analíticas, tendem a ameaçar nossa vida de fé, como se esta tivesse sido, até então, mera propedêutica à consciência crítica, dotada de fundamentos teóricos, e à prática política. De fato, isso tende a ocorrer quando a prática pastoral se restringe a desempenhar o papel de simples gancho da prática política e não se faz acompanhar de um aprofundamento teológico e místico. Exigir de um militante cristão que assume a prática política sustentar-se com as velhas noções da catequese infantil é tentar o Espírito Santo...

O amadurecimento político deve ser acompanhado pelo teológico, de modo a permitir que a reflexão da realidade, à luz da fé, seja consolidada em categorias adequadas ao universo cultural em que ela se processa e seja expressa em linguagem familiar aos interlocutores com os quais a prática pastoral se defronta. A vida cristã não se sustenta fora da experiência do conteúdo da fé, a menos que se confunda status farisaico com discipulado evangélico. Ora, certo pudor em relação à vida de oração, à atividade litúrgica, à explicitação da fé, tem, por vezes, impedido os militantes cristãos não só de aprofundarem sua experiência do Deus vivo, na linha da prática de Jesus, mas também de se reapropriarem do capital simbólico da fé, hoje em poder da ideologia da classe dominante.

A prática pastoral vincula-se à prática política, possui forte conotação política, mas não se esgota na prática política. Porém, se a prática pastoral se restringir a uma precária racionalidade política, é compreensível que o militante cristão seja tentado a abandoná-la, ao descobrir a cientificidade da racionalidade política, pois, nesse caso, não se justificaria, pelo menos teoricamente, prosseguir numa e noutra. Só quem descobre, vivencialmente, o âmago da prática pastoral, é capaz de reconhecer a autonomia e a importância do político, assumindo-o em seu estatuto teórico próprio e, ao mesmo tempo, de permanecer vinculado à esfera eclesial. Nessa articulação entre o pastoral e o político, o militante encontra ainda no espaço eclesial a liberdade necessária à avaliação, à luz do Evangelho, de sua prática política, aguçando seus critérios de discernimento e evitando a sacralização da atividade política.

## **Relação entre prática pastoral e prática partidária**

O atual momento político coloca para a prática pastoral uma questão delicada: a da prática partidária. A questão é delicada porque a Igreja, pelo menos em seu discurso, sempre se pretendeu apartidária, suprapartidária ou mesmo antipartidária.

Por que essa dificuldade de a Igreja conviver com os partidos políticos? Certamente por atavismos de cristandade, pelos quais ela se julga, senão um partido, pelo menos com a força, a representatividade e o poder de mobilização de um partido. De fato, historicamente, a Igreja jamais foi indiferente à questão partidária. A hierarquia sempre deixou clara sua preferência por este ou aquele partido, na medida em que assumia os interesses profanos da Igreja (como a escola particular) e procure preservar a legislação condizente com sua doutrina (a proibição do divórcio). Os fiéis sempre estiveram filiados a um partido, ou mais ou menos identificados com essa ou aquela agremiação política. O Papa Paulo VI não titubeou em pedir votos para a Democracia Cristã quando viu a Prefeitura de Roma prestes a ser conquistada pelos comunistas, o que veio a ocorrer.

A questão partidária não pode ser equacionada como fator de concorrência à Igreja ou como algo que, inevitavelmente, absorveria ou esvaziaria os movimentos populares autônomos e as organizações operárias de base. Por outro lado, o partido não é uma questão que possa ser evitada. É um imperativo de organização e mobilização da sociedade civil em função da mudança de poder na sociedade política. As forças populares não se apoderam do aparelho de Estado senão através de um conduto político. Esse conduto político não deve ser a soma dos movimentos de base, mas a consequência politicamente estruturada da prática desempenhada por esses movimentos. É falsa a alternativa organização de base ou partido. Trata-se de assegurar a autonomia das organizações populares e operárias de base e, ao mesmo tempo, criar condições para que interfiram, através de um conduto político, no sistema legislativo-judiciário e no poder executivo. Esse conduto não se rege de forma estrita pelas normas definidas pelo poder burguês. Há momentos em que esse poder obstrui, de tal maneira, o conduto que exprime as aspirações populares que a este não resta outra alternativa senão furar o bloqueio do poder burguês, estabelecendo suas próprias regras do jogo, analisada a conjuntura e avaliada a correlação de forças. O fato é que, neste

momento, tanto o movimento popular como o operário sentem a necessidade de se articularem num novo conduto político e a prática pastoral não pode ficar indiferente a isso.

Na medida em que a prática pastoral ignorar a questão partidária, o impasse criado entre as comunidades em face das propostas emergentes conduzirá ao aprofundamento da latente dicotomia entre a prática pastoral e a política. Essa dicotomia poderá esvaziar a pastoral de suas lideranças populares, de seus agentes mais conscientes, relegando-a à condição, certamente alheia a sua vontade, de reforço aos setores conservadores anticomunistas. Se os militantes cristãos não tiverem plena liberdade de discutir em suas comunidades a questão partidária, estarão impedidos de avaliar, criticamente, as propostas atuais e, no período eleitoral, poderão fazer opções estranhas ou até contrárias à prática que desenvolvem, como ocorreu nas últimas eleições, em que áreas pontilhadas pelas comunidades de base coincidiram, no mapa eleitoral, com aquelas em que o partido do Governo mereceu a preferência dos votantes.

É injustificado o temor de que a prática partidária viria esvaziar a prática pastoral. Tal risco somente existiria se uma incorreta avaliação do papel e do significado de uma e de outra considerasse que elas se excluem mutuamente. Há, é verdade, entre as comunidades de base da Igreja, uma certa desconfiança dos políticos profissionais, pelas decepções tidas no passado e pelo fato de, quase sempre, falarem em nome do povo, sem, no entanto, terem qualquer vinculação com a prática popular libertadora. Diante das atuais propostas partidárias, as comunidades preferem fixar os olhos num horizonte utópico, no qual surgiria um partido feito sob medida, sem máculas ou ambigüidades, perfeitamente adequado às aspirações da base popular. Ora, isso nada teria de negativo se os membros das comunidades eclesiais, os militantes cristãos, fossem os primeiros a se lançarem à luta política, participando ativamente das discussões sobre propostas partidárias e da formação de novos condutos políticos. Todavia, na medida em que permanecem passivos, à espera de que alguém, que não tem a prática que eles têm, crie o conduto que eles querem, incorrem em séria omissão. Sendo assim, não deveriam julgar-se no direito de censurar aqueles que, arregaçando as mangas, não temem sujar as mãos nos limites e ambigüidades intrínsecos à formação de canais políticos progressistas, dentro de uma sociedade burguesa.

## **Prática popular e grupos políticos**

As comunidades eclesiais funcionam como núcleos de articulação e motivação de militantes cristãos que atuam nos movimentos populares e nas organizações operárias de base. Mas as comunidades não se confundem com esses núcleos autônomos da base popular nem disputam com eles qualquer objetivo. As comunidades são espaços de animação da vida em sua totalidade, à luz da fé. Não há comunidade eclesial senão onde a fé é explicitamente nutrida, refletida e celebrada. Nesse sentido, as comunidades funcionam como núcleos motivadores e mesmo abastecedores de movimentos populares e organizações operárias de base, na linha do compromisso evangélico com a libertação dos oprimidos.

Ora, no movimento popular e operário, existem militantes que não se encontram nas comunidades eclesiais, mas encontram em grupos políticos e partidos não oficiais o espaço necessário à motivação de sua prática política. Frequentemente os militantes cristãos olham com desconfiança para essas pessoas, como se elas fossem dotadas de um poder especial de modificar os rumos da prática popular, atrelando-a à estrita orientação de seus respectivos grupos ou partidos. De fato, nem sempre esses grupos ou partidos partem da prática popular e desenvolvem uma atividade política pedagogicamente libertadora. (Ver "Educação nas Classes Populares", revista Encontros com a Civilização Brasileira, n.º 13, 1979.) Porém, supor que esses grupos ou partidos são capazes de imprimir à prática popular rumos contrários ao que a própria base deseja, é admitir que os membros do movimento popular e operário não são capazes de fazer suas próprias opções nem sabem exatamente o que querem e como querem... Supor que a prática popular seria tão inconsistente, valeria como urna declaração de fracasso do trabalho dos próprios agentes temerosos, o que não significa que a animação desses agentes seja sempre correta ou que a base jamais, deixe de trafegar por desvios. O fato é que não se chega à libertação senão pela via escolhida e assumida pela base popular organizada e esta, historicamente, repele toda tendência que pretenda considerá-la como simples "massa de manobra".

## **Exigências à prática pastoral**

Na atual conjuntura, a prática pastoral nem deve recuar ante a prática política - como se as tarefas sociais e políticas da pastoral fossem meramente supletivas e provisórias -, nem deve confundir-se com a prática política. Participar da atividade política faz parte essencial da missão evangelizadora da Igreja, que aí exerce a sua forma mais perfeita de caridade. A fim de preservar sua índole evangélica, sem confundir-se com ou diluir-se nos grupos emergentes de apoio à prática popular, a pastoral terá de enfrentar duas exigências básicas: a) a do exercício explícito da missão evangelizadora e da inserção de seus militantes na

prática política; b) a da adoção consciente de mediação sócio-analítica ou do instrumental científico de análise da realidade.

Por exercício explícito da missão evangelizadora e inserção na prática política, entendemos a militância cristã que, nutrida no espaço da Igreja, se desenvolve no espaço do Reino: através do movimento popular e operário e dos condutos políticos, junto com todos aqueles que, não estando na Igreja, revelam as primícias do Reino em sua prática de justiça e liberdade. Os cristãos o sabem e disso são testemunhas. Essa militância cristã mantém-se referenciada na prática de Jesus, proclamando, nas múltiplas formas de anúncio da Boa Nova, o Deus vivo que se faz presente na caminhada libertadora de Seu povo.

A militância cristã não se faz na profissão de fé, mas, sobretudo, na prática eficaz da caridade, e esse amor irrompe também na vida e na militância dos não-cristãos. O específico do cristão - que lhe acrescenta responsabilidade e não mérito - é conhecer, pela fé, o Sentido e o Nome desse amor, fazendo-se discípulo daquele que O encarnou na história: Jesus de Nazaré. Não se trata, pois, de mera adjetivação. Esse discipulado se realiza na possibilidade, aberta pela graça, de amar assim como Jesus amou: até o limite da vida, no compromisso com os oprimidos, com o coração permanentemente dilatado ao Pai e ao povo.

É uma característica evangélica do amor cristão possuir eficácia histórica. Ele não deve ser confundido com um mero sentimento de boa vontade, restrito às regras da educação burguesa, operando segundo os parâmetros e os interesses da ideologia da classe dominante. Trata-se de descobrir, nas contradições do real, as dores do parto da história, os sinais dos apelos de Deus que se manifestaram preferencialmente pelas exigências libertadoras das classes populares.

Esse ver da realidade não está isento de condicionamentos ideológicos. Mesmo permeada pela fé, a nossa consciência reflete as condições sociais da nossa existência e, ao mesmo tempo, ilumina a prática capaz de alterar essas condições. A consciência só pode levar-nos a transformar a realidade na medida em que estiver dotada de instrumentos que lhe permitam captar as contradições fundamentais dessa realidade. Só a partir da prática dos oprimidos, das lutas dos trabalhadores, podemos entender a estrutura interna de um sistema que, para perpetuar-se, gera no oprimido sua própria negação. A via teórica desse entendimento é a concepção científica da história, especialmente do modo de produção capitalista, sistematizada nas obras de Marx.

Não cabe aqui discutir o que é o marxismo e suas relações com a fé cristã, exorcizando-o dos demônios que certa visão reacionária, tida como cristã, lhe atribui. Apenas observamos que, assim como o cristianismo se presta a diferentes interpretações e a diversos modos de vivência (dos guerrilheiros sandinistas à TFP brasileira), o mesmo ocorre com o marxismo.

## **Preservar as aquisições da prática pastoral**

Para os membros da pastoral popular, a questão partidária não deveria, em princípio, colocar-se superficialmente, ou seja, em torno de siglas ou de figuras que encarnariam essa ou aquela proposta. Num partido, o que interessa é a natureza e o caráter de seu bloco hegemônico e o conteúdo de seu programa de ação.

Antes, porém, de emitir juízos precipitados sobre uma articulação política, os militantes cristãos deveriam equacionar, em seus núcleos populares e operários, a própria prática que tiveram nos últimos anos, procurando realçar sua dimensão política e, daí, extrair contribuições ao debate partidário. Algumas aquisições feitas pela prática pastoral a partir de sua inserção na prática popular devem ser levadas em conta na formulação de uma política de serviço à libertação do nosso povo:

a) *Opção pelas classes populares*: a proposta política que não define claramente esta opção corre o sério risco de, no pretenso ecumenismo de classes, reativar o populismo, tencionando fazer do povo mera clientela eleitoral e, da condução partidária, obra inspirada de um pequeno grupo dotado de clarividência política, o que lhe dispensaria qualquer inserção na base popular. Porém, um conduto que queira representar a consolidação das aspirações políticas das classes populares terá no proletariado urbano e rural o seu bloco hegemônico. Não basta a presença física de trabalhadores para assegurar essa hegemonia. Ela viria dos setores representativos do movimento operário e dos que atuam nos movimentos populares conscientes do papel histórico que é desempenhado pela classe operária.

A proposta partidária deveria, inclusive, surgir como obra das classes populares, pois só assim estariam criadas as condições que impediriam seu esvaziamento no espontaneísmo, seu confinamento ao sindicalismo ou seu atrelamento às reivindicações de ordem econômica. O movimento popular e operário necessita identificar, num embrião partidário, seu instrumento de luta política, mesmo que esse embrião seja obrigado a atuar, no período eleitoral, como movimento de apoio a programas e candidatos; ou mesmo como fração autônoma de um dos partidos oficiais, em sistema de coligação provisória, sem deixar que o

caráter revolucionário de sua proposta seja diluído no programa reformista de algum partido oficial, ainda que de oposição.

b) *Respeito e incentivo à autonomia das organizações populares de base*: as classes populares devem continuar se organizando em todos os níveis e de todas as formas, bem como mantendo a autonomia de seus núcleos de base, desde o mutirão da roça até o movimento contra a carestia na periferia urbana. Seria um lamentável erro pretender transformar os movimentos e organizações de base em meros redutos eleitorais ou tentar absorvê-los numa estrutura partidária.

Um partido incapaz de respeitar a autonomia das iniciativas populares é um partido que reconhece sua própria falta de representatividade e sua origem política artificial, desligada da prática popular, o que o leva a querer impor-se a ela. Por outro lado, um partido sem vinculações com as organizações de base não terá outra maneira de subsistir expressivamente senão valendo-se do aparelho ideológico da classe dominante e isto tem um preço.

c) *Incentivo às formas de organização de base que exprimem os interesses objetivos das classes populares*: as comissões de fábricas, os grupos interfábricas, as equipes de pastoral da terra ou núcleos de oposição sindical são formas de organização específicas dos trabalhadores e não devem se fundir numa estrutura partidária nem com ela concorrer, ainda que ela seja fruto do movimento operário. É necessário incentivar essas formas de organização de base, sem as quais qualquer estrutura política tenderá ao elitismo e ao vanguardismo. São essas organizações de base que sedimentam o exercício de democracia das classes populares. No interior delas, as classes populares exercitam o próprio poder, através de sistemas democráticos de participação nas decisões e na condução das lutas, o que deverá se refletir no partido que tiver os operários como classe hegemônica.

d) *Valorização de todas as formas de educação que favoreçam o projeto de libertação do povo*: existem hoje inúmeras iniciativas na linha da educação popular, da pastoral de saúde ao treinamento de lideranças, do curso profissionalizante às festas rurais para comemorar fatos e datas do interesse da classe. Essas iniciativas ajudam a fazer do povo sujeito de seu destino histórico. Querer atrelá-las a uma estrutura partidária ou exigir delas um conteúdo político explícito - um discurso político cartesianamente preciso - é contribuir para asfixiá-las, impedindo que as classes populares dêem os passos pedagogicamente necessários às formas mais amplas de luta.

A educação popular é um processo permanente, mesmo dentro de uma estrutura partidária. Aquele que já se considera em condições de educar é justamente quem mais se educa no trabalho com a base popular. O risco é quando, julgando-se em condições de educar, ele o faz do alto de estruturas desvinculadas da prática popular, sem contato direto com as bases e, portanto, sem se deixar reeducar por elas.

## **Democracia: mais do que uma questão de princípio, uma questão de prática**

Independentemente dos critérios que o Governo imponha ao processo de reformulação partidária, o esforço das bases populares, por sua libertação, não deve se restringir a eles, nem deixar-se enroscar na quixotesca disputa de qual grupo político é ou não é a vanguarda das massas ou o partido do proletariado. Não é o discurso de um grupo que o diz. A massa e o proletariado é quem darão a esse ou àquele partido, movimento ou agremiação, a sua representatividade de classe e isso através de uma prática política que engendra as suas formas de expressão e luta. Não são as lideranças políticas que fazem a história. É a história que faz as lideranças políticas.

Todos os setores identificados com a causa de libertação do nosso povo devem ter o direito de representatividade política legal. Negar tal direito a um segmento político, sob o pretexto de ser ele antidemocrático, é, além de corroborar as suspeitas policiais, correr o risco de, inconscientemente, considerar exemplar a democracia burguesa e sua hábil maneira de encobrir as tensões sociais e os conflitos de classe.

Numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, não existe a democracia, pois o grau de liberdade da classe dominante é sempre proporcional ao grau de coerção e repressão que necessita para exercer sua dominação. Todos seriam verdadeiramente iguais perante a lei se todos tivessem iguais condições de exercício e defesa de seus direitos.

Em nosso país, hoje, só à burguesia interessa impedir a representatividade dos setores identificados com a causa de libertação dos oprimidos. E só quem conhece muito bem os grupos que representam esses setores pode avaliar o maior ou menor grau de prática democrática que possuem. A legalização desses grupos viria criar as condições para a base popular aferir o nível de prática democrática em que eles se encontram.

Em condições de mobilidade legal, as várias tendências políticas poderiam pôr em discussão seus programas e em verificações sua prática.

Nessa linha, a prática pastoral tem muito a contribuir, equacionando os critérios políticos decorrentes de sua ação nos últimos anos. Entretanto, não basta ter apenas critérios. É preciso haver projetos e instrumentos capazes de efetivá-los e essa é a função da prática política.

Nela se forjará o futuro deste país e, por ela, se avaliará o caráter verdadeiramente evangélico e, portanto, libertador, da prática pastoral.

## Biografia

Frei Betto é mineiro, de Belo Horizonte, onde nasceu aos 25 de agosto de 1944. Em 1961, foi primeiro vice-presidente da União Municipal dos Estudantes Secundários de Belo Horizonte e, no ano seguinte, integrou a direção nacional da JEC (Juventude Estudantil Católica), transferindo-se para o Rio de Janeiro. Ingressou no curso de Jornalismo em 1964. Em junho do mesmo ano sofreu sua primeira prisão, por agentes do Cenimar, sendo liberado poucos dias depois. Entrou na Ordem Dominicana em 1965. Trabalhou como jornalista na revista *Realidade* e no jornal *Folha da Tarde*. Quando cursava Teologia no Rio Grande do Sul, foi preso em novembro de 1969, por favorecer a saída do país de pessoas procuradas por atividades políticas. Transferido para São Paulo, ficou encarcerado por dois anos como prisioneiro político e dois anos em convivência com prisioneiros comuns. Condenado a quatro anos de reclusão, teve a pena reduzida a dois pelo STM quando completava os quatro ... De 1974<sup>a</sup> 1979 trabalhou como agente de pastoral na Arquidiocese de Vitória, ES, participando da organização das Comunidades Eclesiais de Base. Assessorou, em várias dioceses brasileiras, as Comunidades Eclesiais de Base. Em julho de 1979 transferiu-se para São Paulo, onde é membro do CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto "Sedes Sapientiae") e responsável pela pastoral operária de São Bernardo do Campo. É membro da Associação Internacional de Teólogos do Terceiro Mundo e assessor do Centro Ecumênico Antônio Valdivieso, de Manágua. Além das obras publicadas e traduzidas em diversos idiomas, colabora com revistas nacionais e estrangeiras.